

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

MARINA SILVA: o que o meio ambiente pode fazer pelo desenvolvimento

AÇÕES: o Índice de Sustentabilidade Empresarial, um ano depois

ENSAIO: os agricultores familiares, de vilões a protetores da Amazônia

NÚMERO 4 ■ DEZ. 2006 JAN. 2007 ■ R\$ 12,00

FGV
CVces

CRESCER por crescer?

O QUE SIGNIFICA
UM AUMENTO
DE 5% DO PIB

Água tratada ou da FONTE?

As luzes de 2006 que se apagam parecem ter obscurecido também o debate sobre o desenvolvimento no Brasil. Em um país onde a política é meio de enriquecimento e de promoção social, onde pouco se planeja o futuro para além de quatro anos e onde a concentração de renda é uma das maiores do mundo, é de se perguntar o que de fato são entraves.

A legislação ambiental que a sociedade brasileira construiu é um dos poucos avanços de que se pode orgulhar, e talvez esteja muito à frente do pensamento das elites políticas e econômicas. As leis, vistas como obstáculo, na verdade são o esteio para que o País coloque em prática um modelo inovador e duradouro de desenvolvimento — em vez de um crescimento sem planejamento baseado em números mágicos, como o de 5% do Produto Interno Bruto. Capaz de causar, conforme for levado a cabo, prejuízos socioambientais irreparáveis.

As reportagens desta edição mostram como o debate parte de premissas equivocadas, a começar da régua utilizada: o PIB, nascido nos anos 50, já não mede uma realidade que se tornou complexa, composta de variáveis humanas, ambientais e econômicas que se entrelaçam. Até as populações distantes dos centros urbanos sabem disso. Nos confins do sertão — como retrata a Última página —, nas aldeias indígenas e nas pequenas vilas amazônicas, nem o PIB, nem o Índice de Desenvolvimento Humano servem mais. São como antenas obsoletas, incapazes de captar uma realidade feita não só de renda, mas de bem-estar social, de qualidade ambiental, de tempo livre.

Marechal Taumaturgo, no Acre, é a pior cidade para se viver no País segundo o IDH. É que lá não tem asfalto, nem água tratada, nem creche: as pessoas andam a pé ou de barco, bebem água limpa na fonte, e as mães ajudam umas às outras no cuidado com as crianças. Qual é o crescimento que queremos?

BOA LEITURA

PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETOR Fernando de Souza Meirelles



Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces)
COORDENADOR Mario Monzoni

EDITORAS

Amália Safatle e Flavia Pardini

EDITOR ASSISTENTE

Rodrigo Squizzato

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE

Marco Cançado

SECRETÁRIA EDITORIAL

Bel Brunharo

REVISÃO

José Genulino Moura Ribeiro

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Daniel Nepstad, Geandré, Igor Pessoa, Jorge Telles, José Alberto Gonçalves, Marcelo Saraiva, Marina T. Campos, Roberto Belmonte, Rodolfo Sales (A Pontel), Regina Scharf, Samuel Casal

ENSAIO FOTOGRÁFICO

Fabio Colombini

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Amália Safatle (Mtb 22.790)

PUBLICIDADE

contato@pagina22.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Alameda Itu, 513

01421-000 - São Paulo, SP

(11) 3284-0754 / redacao@pagina22.com.br

IMPRESSÃO

Vox Gráfica e Editora

DISTRIBUIÇÃO

Distribuidora Grupo Estado e Logitech Distribuidora

NÚMEROS AVULSOS E REPARTES CORPORATIVOS:

(11) 3281-7875 e 3281-7790 ou livrariagv@fgvsp.br

(21) 2559-5535 ou livraria@fgv.br

CONSELHO EDITORIAL

Amália Safatle, Aron Belinky, Flavia Pardini, Gladis Ribeiro, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Moysés Simantob, Rachel Biderman, Tarcila Reis Ursini

CONSELHO CONSULTIVO GVces

Fabio Feldmann, Heloisa Bedicks, Luiz Maia, Luiz Ribeiro, Nelmara Arbex, Paulo Vanca, Ricardo Young, Sergio Esteves, Tamas Makray

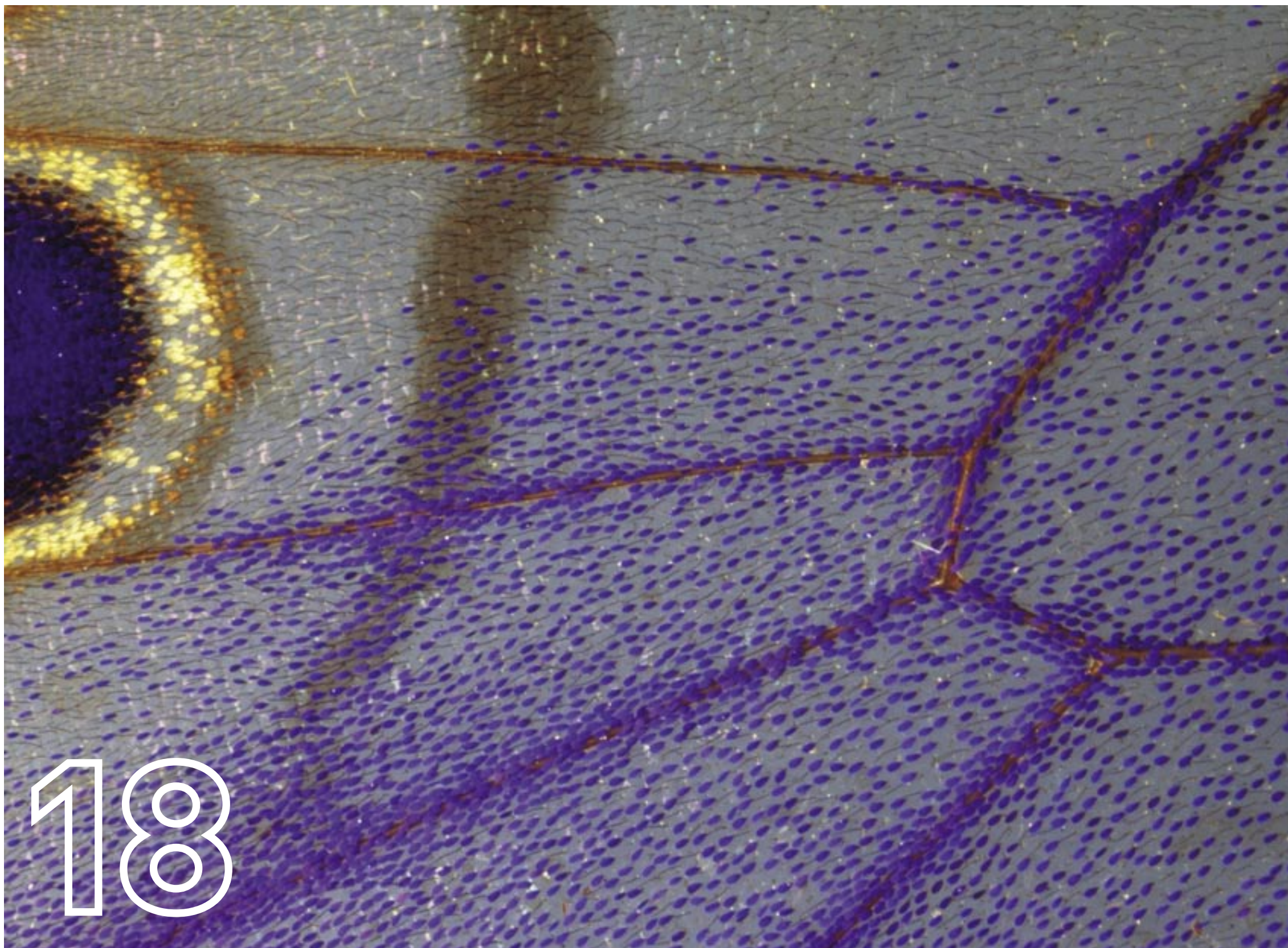
PARCEIROS FUNDADORES

Fazendo mais que o possível BANCO REAL
ABR ANTES

ODEBRECHT

Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e do GVces.

É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 10.000 exemplares



18

12 ENTREVISTA

Marina Silva e a difícil tarefa de transversalizar a questão ambiental no governo



20 INDICADORES

Novos termômetros de riqueza colocam em cheque a primazia do PIB e em discussão o tipo de crescimento que o Brasil precisa

28 INFRA-ESTRUTURA

Os investimentos de bilhões previstos até 2010 são a chance para adotar critérios sustentáveis, em vez de vê-los como entraves

36 ENERGIA

O primeiro mandato do presidente Lula chega ao fim sem respostas para o aumento da demanda energética e seus impactos ambientais



44 AGROPECUÁRIA

Para a cadeia do agronegócio, não basta movimentar 33% do PIB, é preciso enfrentar o desafio de conservar e elevar a qualidade de vida

60 AÇÕES

Com um ano e carteira nova, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa ainda precisa mobilizar os investidores

SEÇÕES

- 8 NOTAS
- 18 RETRATO
- 52 RETRATO
- 54 ENSAIO
- 58 RETRATO
- 64 COLUNA
- 66 ÚLTIMA



RELATÓRIOS I

As mais-mais

O futuro dos relatórios de sustentabilidade está em mudar o foco, deixando para trás a comunicação sobre os riscos relacionados a questões ambientais, sociais e de governança, e iluminando as possibilidades de criação de valor a partir da incorporação de elementos de sustentabilidade na estratégia empresarial. A conclusão é do *2006 Global Reporters*, uma avaliação dos relatórios de sustentabilidade realizada pela consultoria SustainAbility, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e pela Standard & Poor's.

O levantamento identificou as 50 empresas

líderes em relatório de sustentabilidade. O topo do *ranking* é dominado por companhias britânicas: British Telecom (BT), Co-operative Financial Services e British Petroleum (BP) ficaram com os primeiros lugares. Duas brasileiras figuram na lista: ABN Amro Real e Natura.

O Banco Real entrou em 2006 e ficou em 12º lugar — acima de sua matriz, o ABN Amro, em 15º. A Natura, que constava do relatório anterior, realizado em 2004, figurou em 25º. Metade das empresas que compõem o *ranking* deste ano não estava presente na versão anterior. - por Flavia Pardini



RELATÓRIOS II

Ainda os INVESTIDORES

Apesar da tendência apontada pelo *2006 Global Reporters*, apenas algumas pioneiras — um quarto das 50 empresas líderes — adotam a abordagem da sustentabilidade como criação de valor em seus relatórios. A maioria ainda se baseia na gestão de riscos. A lacuna é um dos motivos apontados para a falta de conexão do mercado financeiro com os relatórios de sustentabilidade. “Os investidores e analistas financeiros estão cada vez mais interessados em uma gama de motivadores de risco e de oportunidade, particularmente em áreas como as mudanças climáticas”, diz o *2006 Global Reporters*. “Mas raramente eles encontram o que procuram nos relatórios de hoje.”

Além disso, há a preocupação crescente entre analistas e gestores de fundos de investimento quanto ao impacto dos relatórios trimestrais de resultados financeiros, usados para avaliar e recompensar os gestores, mas muitas vezes considerados prejudiciais aos acionistas. “Algumas companhias grandes, incluindo Intel, Motorola e Pfizer, já pararam de se concentrar em objetivos auto-impostos de curto prazo”, diz o *Global Reporters*. “Se aceitarmos que a criação de valor a longo prazo deve ser o foco, então uma série de fatores hoje rotulados como ‘não ou extrafinanceiros’ tornam-se relevantes.”

Novas exigências por parte dos investidores podem ajudar as companhias a caminhar mais rápido na direção da sustentabilidade como criação de valor. Cerca de 70% das 50 empresas líderes referem-se à comunicação com os investidores como seu objetivo ao relatar. (FP)



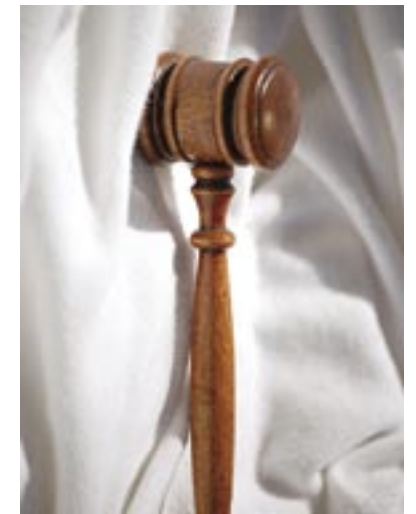
PRÊMIO I

LOUROS À DIVERSIDADE

Governo e iniciativa privada, ONG e academia: representantes das diversas esferas da sociedade tiveram seus trabalhos reconhecidos na 11ª edição do Prêmio Ford de Conservação Ambiental, realizado em parceria com a Conservação Internacional. A premiação, com cinco categorias, é uma das mais tradicionais da área ambiental.

Poucas vezes em 11 anos entidades do governo foram contempladas. A Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam),

que fiscaliza o cumprimento das leis ambientais no Estado de Minas, venceu na categoria Educação Ambiental, ao buscar disseminar valores socioambientais nas instituições da administração pública mineira. O corpo de jurados entendeu que a busca de um discurso coerente dentro do governo — faça o que eu digo, e também o que eu faço — serviria como um indutor das melhores práticas de governança e sustentabilidade dentro das esferas de poder no Brasil. - por Amália Safatle



PRÊMIO II

A FAUNA PEDE PASSAGEM

Como no caso da Feam, a possibilidade de replicar bons exemplos foi um dos critérios que norteou as demais escolhas.

Na iniciativa privada, a Concessionária Rodovia do Sol venceu na categoria Negócios em Conservação, ao apresentar sistemas que buscam aliar o desenvolvimento — do qual as estradas são um forte indutor no Brasil — à conservação ambiental. Sistemas para passagem de animais silvestres entre áreas de mata cortadas pela rodovia no Espírito Santo minimizam o

impacto ambiental dos empreendimentos, ao evitar atropelamentos e permitir o fluxo de material genético na região.

Segundo a empresa, estima-se que nos EUA, por exemplo, 1 milhão de animais silvestres morram por dia, vítimas de atropelamento. Em um período de dois anos, a concessionária identificou que cerca de 500 indivíduos de 17 espécies utilizaram os “faunodutos” — como foram apelidadas as passagens construídas para os animais. (AS)



PRÊMIO III

MORCEGOS EM AÇÃO

Uma solução simples, inovadora e de baixo custo rendeu à bióloga Sandra Bos Mikich o Prêmio Ford na categoria Iniciativa do Ano em Conservação.

Sandra, que trabalha na Embrapa Florestas, desenvolveu um mecanismo para recuperar áreas degradadas, alternativo aos programas tradicionais baseados no plantio de mudas em larga escala. A idéia foi utilizar os “serviços ambientais” dos morcegos frugívoros para dispersar as sementes.

Para atraí-los, a bióloga lançou mão de óleos essenciais extraídos dos frutos

consumidos por eles. “Em função do passivo ambiental de grande parte dos imóveis rurais brasileiros, a demanda por técnicas de recuperação eficientes e de baixo custo é imensa”, afirma. Segundo ela, a ferramenta pode ser replicada em outros países.

Venceram as demais categorias do prêmio — Conquista Individual e Ciência e Formação de Recursos Humanos — respectivamente, Suzana Pádua, co-fundadora do Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipe), e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). (AS)





ENERGIA

Eficiência EM LEILÃO

Em tempos de eBay é possível imaginar leilão de qualquer coisa. Até mesmo de eficiência energética. É o que vem estudando a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Apresentado pela estatal durante seminário em dezembro, um dos modelos possíveis prevê que os usuários que consigam economizar parcela da energia que adquirem, em um período pré-determinado, tenham o direito de vender o excedente em leilão.

Usados nos Estados Unidos entre 1987 e 1995, mecanismos como esses contaram com a participação de 35 concessionárias e geraram economia de 480 megawatts (MW), segundo o físico e professor Howard Geller. Embora pequena diante da capacidade instalada no país, superior a 1 milhão de MW, a economia gerada representa metade da capacidade de uma usina nuclear americana.

A conservação de energia, incentivada pela possibilidade de negociação de excedentes em leilão, poderia reduzir a necessidade de construção de novas usinas (reportagem à pág. 36). Mas ainda há barreiras técnicas a superar, entre elas a duração dos contratos a serem negociados nos leilões, prazos e preço. “A idéia do leilão é interessante, mas é algo muito mais complexo do que parece”, avalia Maurício Tolmasquim, presidente da EPE. - por Rodrigo Squizato

RECICLAGEM

PET PARA TODA OBRA



Pense em um tipo de lixo que demora a se decompor, e a garrafa PET vem logo à cabeça. O resíduo, entretanto, tem ganhado destino mais nobre que entupir bueiros ou boiar sobre rios e córregos. Um deles é a construção civil. Pastilhas para revestimento feitas de PET reciclado surgem como alternativa às de cerâmica ou porcelana a preços competitivos. A empresa responsável pela inovação é a Resiplastic, que há 20 anos fabrica peças termoplásticas. A idéia partiu de um funcionário da empresa e, após uma série de testes e investimento de R\$ 800 mil, o produto chegou ao mercado, com a marca Keramix. À exceção das brancas, as pastilhas são feitas com material 70% reciclado. Segundo o gerente de vendas Luiz Roberto Raposo, as vantagens—além do apelo ecológico—são a leveza, a resistência e a não porosidade, o que impede a pichação. (AS)



AGRICULTURA

SUSTENTABILIDADE EM CAMPO

A Embrapa está elaborando, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), um Índice de Sustentabilidade (IS) para produtos agrícolas. A idéia surgiu na BioFach 2005 devido à necessidade de mais e melhores informações sobre os produtos agropecuários brasileiros em virtude dos recorrentes problemas fitossanitários globais.

A Embrapa definiu como ponto de partida o território de origem, onde avaliará o impacto em cada elo da cadeia produtiva: do plantio às prateleiras. Os pesquisadores definirão critérios universais e padrões específicos por tipo de cultura, explica Glauco Carvalho, pesquisador da Embrapa.

A primeira cadeia produtiva a ter o IS da Embrapa será a do açúcar e do álcool, com previsão de lançamento em 2007. Posteriormente, devem ser elaboradas metodologias para carne, laranja, café e soja. (RS)



AMBIENTALISMO

A VIDA QUE FAZ HISTÓRIA

Anova geração de ambientalistas ganhou um recurso valioso para entender a história recente do movimento no Brasil: o Projeto Memória da Convenção da Diversidade Biológica e Protocolo de Cartagena e da Convenção sobre Mudança do Clima e Protocolo de Kyoto. São 47 extensas entrevistas sobre a vida e a ação na área ambiental de pessoas-chave na construção do movimento desde a famosa Rio 92.

Uma iniciativa do website BioClimático, em parceria com o Museu da Pessoa e o Fórum Paulista de Mudanças Climáticas e Biodiversidade, o projeto conta a história por meio de biografias. “É importante ter o sentido de que são as pessoas que fazem a história”, diz Fabio Feldmann, responsável pelo BioClimá-

tico e secretário-executivo do fórum. A primeira entrevistada, por exemplo, foi Neca Marcovaldi, integrante de um grupo de oceanógrafos que, nos anos 80, decidiu mapear o litoral brasileiro e acabou fundando o Projeto Tamar, hoje reconhecido internacionalmente.

Para os jovens de hoje, lembra Feldmann, iniciativas como a do Tamar existiram sempre. Por isso, é essencial mostrar como nasceram e quanto empenho individual foi necessário para que decolassem. “Nas entrevistas, dá para sentir um certo cansaço dessas pessoas”, conta. “Temos de ter a capacidade de abrir espaço para aqueles que vêm atrás de nós”. Para continuar trilhando essa estrada, o projeto pretende realizar mais 50 entrevistas em 2007 e publicar um livro-síntese. (FP)

Transversalidade EM PESSOA

❖❖❖ POR AMÁLIA SAFATLE E FLAVIA PARDINI

PÁGINA 22: Qual sua avaliação da COP 12?

MARINA SILVA: Os países desenvolvidos que perseguem o cumprimento de metas, de certa forma, querem que aqueles em desenvolvimento — beneficiários do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas — assumam metas também. Estes, que não têm a mesma quantidade de emissão que os países desenvolvidos, historicamente falando, reivindicam o direito de não ter obrigações. A discussão ficou em torno disso. O interessante nesta COP, para além das negociações e do segmento ministerial, foram os diálogos, um espaço de discussão em que vários países apresentaram propostas, inclusive o Brasil. Desta vez não fomos com uma proposta, uma modelagem. Fomos com o dever de casa em processo de feitura. Nossas emissões, do ponto de vista histórico, representam em torno de 1%, mas as emissões atuais são significativas — e o maior vetor é o desmatamento. O País fez um plano de combate ao desmatamento e obteve, nos últimos dois anos, uma redução de 52%. Isso levou a um corte de emissão de 15% de tudo o que precisava ser reduzido nos últimos dois anos no âmbito de Kyoto. São 128 milhões de toneladas de CO₂. Não estamos pedindo apoio, mas partindo do ponto de que temos um plano, um sistema de monitoramento, estamos implementando e já temos resultados. Se para os países desenvolvidos é difícil mudar a matriz energética, para as nações em desenvolvimento é muito difícil mudar o modelo de desenvolvimento. Os países ricos são ricos porque converteram floresta, suprimiram biodiversidade, usaram de forma inadequada, em muitos momentos, os recursos naturais e hídricos. Os países em

Após quatro anos à frente do Ministério do Meio Ambiente, Marina Silva diz que o Brasil está construindo uma "base limpa" para integrar a questão ambiental aos demais setores. O desafio agora é zerar o desmatamento ilegal e valorizar a floresta em pé. Uma proposta para isso foi apresentada na 12ª Conferência das Partes (COP) da Convenção da ONU sobre Mudança Climática, em novembro: um fundo para evitar as emissões de gases de efeito estufa pelas florestas tropicais. Para Marina, o mecanismo tem apelo ético e garante que, mesmo sem metas estabelecidas, o Brasil estará limpando seu futuro.

desenvolvimento vinham perseguindo esse caminho. Como do ponto de vista técnico, científico, ambiental e ético não podem continuar, vão precisar mudar o modelo de desenvolvimento.

22: Ao não aceitar metas, não vão pelo mesmo caminho?

MS: Se os países desenvolvidos precisam da obrigatoriedade para mudar seu processo de desenvolvimento, os países em desenvolvimento estão fazendo isso a partir de si mesmos, com baixos recursos, às vezes pouca tecnologia, e problemas sociais gravíssimos. Temos a necessidade de crescimento econômico, mas também de sustentabilidade. Não vejo isso como uma guerra apocalíptica entre países ricos e em desenvolvimento. Não dá para transferir a responsabilidade aos países em desenvolvimento, como se a conta histórica de todos passasse a ser cobrada de quem menos pode, de quem menos tem, e de quem menos poluiu. Quando o Brasil reduz 128 milhões de toneladas, sem ajuda de ninguém, está limpando o futuro. Em 2012, quando forem feitos os novos compromissos, o cálculo será de acordo com as mudanças no índice de emissão. Estamos afetando o cálculo a partir de agora.

22: Como foi recebida a proposta brasileira?

MS: Teve interesse significativo da África do Sul, sem falar da Costa Rica, dos países da Bacia do Congo, de Papua Nova Guiné, e da Alemanha, que se mostrou interessada, independente de compromisso, em dar força para iniciativas como a do Brasil. O secretário-geral do Pnuma (*Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente*)



MARCELO SARAWA

Se a matriz energética dos países ricos não mudar, as florestas serão destruídas do mesmo jeito

se comprometeu a trabalhar um seminário com países detentores de floresta tropical para alavancar o processo. Essa COP não tinha o mandato de sair com uma resolução para o problema da proposta brasileira. Há bem pouco tempo nem se admitia colocar floresta no âmbito da Convenção. A viabilidade da proposta será trabalhada nos grupos técnicos.

22: Um mecanismo de mercado seria eficiente?

MS: Mecanismo de mercado já existe no MDL...

22: Mas não inclui floresta.

MS: Porque naquele período não era possível. Pensamos em criar um mecanismo que chame à responsabilidade política, ética, ambiental e social os países desenvolvidos e todos os homens e mulheres preocupados em reduzir emissões e proteger a biodiversidade. Há pessoas querendo comprar terra na Amazônia para proteger as florestas. Quem tem recursos, seja empresa, seja governo, pode aportar nessa espécie de fundo, que beneficiará os países na parte de crédito, pesquisa, tecnologia, e principalmente mudar o modelo de desenvolvimento. É interessante, porque faz um apelo ético. Se colocarmos como mecanismo de mercado, pode-se concorrer com os recursos existentes — queremos que os recursos sejam adicionais; assim como as reduções. Das emissões globais, 80% vêm da matriz energética dos países desenvolvidos pelo uso de combustíveis fósseis. Se isso não mudar, as florestas serão destruídas do mesmo jeito. Não adianta reduzir os 20% pelo uso da terra — destes, cerca de 15% vêm da floresta.

22: A palavra que marcou sua gestão foi "transversalidade". Depois de episódios como importação de pneus, transgênicos, soja, Belo Monte, transversalidade é possível?

MS: Não só é possível olhando para trás como para a frente. Se não for assim, fica difícil falar com seriedade em defesa do meio ambiente. Os esforços feitos para o marco legal foram grandes contribuições. O desafio agora é a implementação da legislação. Isso requer uma nova abordagem: não é só o aspecto de regulação, de comando e controle, mas sobretudo de planejamento ambiental. Inserir critérios de sustentabilidade no planejamento dos diferentes setores de governo. O novo modelo para

o setor elétrico reflete isso. Antes não se falava em avaliação ambiental estratégica, por bacia hidrográfica, e hoje se faz isso concretamente. Antes, faziam-se o leilão e as licitações antes de conceder a licença ambiental. O empreendedor tinha a expectativa do empreendimento, não conseguia a licença, e era transferida para o setor ambiental a responsabilidade pela falta de viabilidade do empreendimento. Pelo novo modelo, só se licita ou se leiloa se tiver a licença ambiental. Antes obras de infraestrutura eram feitas sem planejamento socioambiental. Tivemos a felicidade de paralisar um empreendimento com um consórcio privado para fazer — a BR-163 (Cuiabá-Santarém), cujo anúncio aumentou o desmatamento na região em 500% de 2001 a 2002. Reposicionamos o planejamento da área de abrangência da estrada, nada menos do que 24% da Amazônia, combatendo práticas ilegais, fazendo ordenamento territorial e fundiário, criando unidades de conservação (UC), demarcando terras indígenas, combatendo quadrilhas, levando à prisão de centenas de pessoas, desconstituindo empresas criminosas. Agora a licença está dada para os trechos que forem pedidos com esse planejamento. Para mim isso é transversalidade. Tem sido assim no setor de petróleo e gás, de transporte, com a reforma agrária e outros. Esse é um patamar de conquista do qual a sociedade brasileira não pode abrir mão. É enganosa a visão de que não ter esses cuidados para os empreendimentos ajuda no aceleramento das obras. Se os estudos de impacto ambiental não têm qualidade, o Ministério Público com justa razão entra com ação, e liminares ficam anos na Justiça.

22: Mas o setor privado continua reclamando.

MS: É um processo de educação. Nem todos os que estão vivendo a realidade presente são capazes de mediar os diferentes interesses — não são apenas interesses contemporâneos, mas entre a nossa geração, que tem reais direitos e necessidades, e as gerações futuras, que têm direito de ter os mesmos meios para se reproduzir econômica e materialmente. O Estado está aqui para fazer isso, e algumas coisas têm que ser alavancadas pelo poder do Estado, não para favorecer um ou prejudicar outro, mas para favorecer o interesse público.

22: Quando fala em crescimento de 5%, o

presidente leva em conta impactos ambientais?

Ou ainda é o MMA versus os desenvolvimentistas?

MS: Essa mentalidade vem de décadas... o setor ambiental nunca foi ouvido nos processos de infra-estrutura.

22: Hoje ele é ouvido? Ou se coloca contrário?

MS: Durante muito tempo perguntávamos aos desenvolvimentistas o que eles podiam fazer pelo meio ambiente. Hoje, começamos a dizer o que podemos fazer pelo desenvolvimento. É pegar uma BR-163, que com certeza teria um veto de opinião pública nacional e internacional, e fazer um arranjo socioambiental que viabilizou a estrada. Em muitos momentos a relação é conflituosa, mas o patamar em que estamos é que o setor elétrico incorporou critérios de sustentabilidade no novo modelo. As novas rodadas de petróleo excluem blocos porque o setor ambiental diz que são de alta complexidade. O setor ambiental disse ao Ministério da Integração Nacional, que era o empreendedor do projeto de transposição de bacias, que a retirada de água de 140 metros cúbicos por segundo do São Francisco não era viável ambientalmente. Foi reposicionado para 26 metros cúbicos. Dissemos que o empreendimento não era possível sem um plano para a Bacia do São Francisco, e foi feito o plano. Dissemos que não era possível antes que se fizesse o empoderamento do comitê da bacia, e foi feito. A revitalização está em fase de implementação, começamos com a despoluição do Rio das Velhas. Isso é o setor ambiental sendo ouvido pelo de infra-estrutura.

22: A imprensa noticiou que o presidente mandaria mudar a legislação ambiental...

MS: Somos um Estado de Direito, democrático, quem aprova as leis é o Congresso. Difícilmente o presidente usaria o termo "mandar mudar". O problema do Brasil não é a legislação ambiental, é o déficit de implementação da legislação ambiental. Os ajustes e aperfeiçoamentos necessários estão sendo feitos da melhor forma possível, nos espaços institucionais adequados, o Conama, o CGen, a Conaflor. A discussão de mudança na legislação tem a participação de toda a sociedade.

22: Mas existe uma vontade de flexibilizar em

prot das obras de infra-estrutura.

MS: Não acho que o termo correto seja flexibilizar; parece que estamos querendo facilitar algo que está dificultado. Não é isso, precisamos aperfeiçoar o processo. Começa com a estrutura, a organização do sistema nacional de meio ambiente — hoje boa parte dos empreendimentos não está paralisada no Ibama, mas nos Estados. Trabalhamos nesses três anos e meio no âmbito da comissão tripartite nacional para organizar o sistema nacional de meio ambiente. E acompanhamos, com os Estados, capacitando municípios, tentando eliminar os sobreamentos de competências. O termo correto é a aplicação da lei. Se aperfeiçoamentos precisam ser feitos, não podem ser em prejuízo das conquistas da Constituição de 88, e muito menos do nível de consciência que a sociedade brasileira tem, inclusive o setor empresarial.

22: É difícil haver retrocesso?

MS: Acrescentei às dimensões clássicas da sustentabilidade — econômica, social, ambiental — mais duas: ética e política. Retrocesso ou não depende dessas duas dimensões. Se a sociedade der sustentação para que se persiga esse caminho, ele será irreversível. É ela que tem que dizer o que quer em relação à Amazônia. Se quer, com as tecnologias desenvolvidas pela Embrapa, usar de forma adequada, dobrar a capacidade de produzir grãos e bovinos — são 165 mil quilômetros quadrados de área desflorestada, abandonada ou semi-abandonada — ou deixar esse estoque abandonado e destruir mais floresta. A sociedade brasileira tem que dizer o que quer em relação a sua biodiversidade. Temos trabalhado por um regime internacional de acesso que viabilize a justa partilha de benefícios pelo uso dos componentes da biodiversidade para os países de origem desses recursos. Trabalhamos para enviar ao Congresso uma lei de acesso, que está na Casa Civil em ajuste final. Aprovamos a lei de gestão de florestas públicas em tempo recorde. A floresta tem que ser valorizada em pé, com o uso de produtos madeireiros, não madeireiros; não precisa ser privatizada ou usada de forma predatória para ter rentabilidade econômica. Criamos 20 milhões de hectares em UCs, 25% de tudo o que já foi criado. Buscamos a sustentabilidade política para que as pessoas entendam que não vão fazer com a

O meio ambiente começa a dizer o que pode fazer pelo desenvolvimento. O arranjo da BR-163 é um exemplo

Amazônia o que fizeram com a Mata Atlântica.

22: E do lado econômico, o ministério tem suas restrições orçamentárias.

MS: Conseguimos mudar a visão de que os recursos para o setor ambiental devem ser apenas os previstos no orçamento. Ampliamos significativamente nosso orçamento na Esplanada. Se considerarmos as 27 delegacias especializadas da Polícia Federal, com estrutura e agentes treinados, combatendo crimes ambientais, isso é ampliar o recurso do setor ambiental. Se considerarmos o Pronaf, que não tinha uma linha de crédito para a agricultura sustentável, orgânica, ampliamos o orçamento. Se considerarmos que o Ministério da Integração está bancando a revitalização do São Francisco... tem uma transversalidade também nos recursos. Além dos esforços para o orçamento, aumentamos em mais de 30% o efetivo do Ibama.

22: Então dinheiro não é problema?

MS: Dinheiro é problema em um país em desenvolvimento com 180 milhões de habitantes e mais de 30 milhões de pessoas pobres. Temos de buscar mais eficiência da arrecadação, do gasto. Se eu fosse criar 27 delegacias do Ibama, talvez não tivesse a mesma eficiência. A mim não interessa que esteja no meu ministério, mas que seja eficiente e dê a resposta. Não interessa se o avião é meu ou do Exército, mas que possa ser usado para fazer as 100 operações que fizemos este ano. Não interessa se o dinheiro está no Desenvolvimento Agrário ou na Ação Social, mas que foi criada uma carteira indígena, um Pronaf para os produtos florestais. Não interessa se os técnicos que dão assistência para a economia florestal comunitária estão no MMA ou na Agricultura, mas que sejam capazes, com a visão transversal. Eu quero ver ambiente no ambiente dos outros e no meu próprio ambiente.

22: A senhora citou a queda no desmatamento. Quanto vem do monitoramento mais eficaz e quanto do preço internacional mais baixo da soja?

MS: Alguns setores se apressam em dizer que tudo aconteceu em função da queda das *commodities*. Quando chegamos aqui, as UCs eram criadas em regiões remotas,

não em áreas de pressão. O pessoal que trabalha com pesquisa dizia: "Por que não se faz um barramento nos 45 municípios, ou mais, do arco do desmatamento?" Resolvemos não só colocar fiscalização ali, mas criar as UCs, fazendo uma espécie de barramento na frente desse portão predatório. Diziam que era preciso dar transparência ao monitoramento, porque só se sabia quando o número do desmatamento estava consolidado, o leite derramado. Criamos o sistema Deter. Fizemos um plano de combate ao desmatamento, levamos ao Palácio, o presidente aceitou coordenar, com o apoio político da Casa Civil, e nós na secretaria-executiva. Diziam que era preciso envolver o conjunto de ministérios — envolvemos 13. Que era preciso combater as práticas ilegais — fizemos operações da PF, 400 pessoas foram presas, envolvidas em crimes ambientais. Destas, 100 funcionários do Ibama que cometiam crimes por dentro do sistema. Foram desconstituídas 1.500 empresas criminosas e inibidas 66 mil propriedades ilegais de grilagem. Quando as pessoas dizem "foram as *commodities* ou foi a ação do governo?", como isso nunca foi feito, eu, humildemente, digo: não queria ter ficado de braços cruzados, esperando que as *commodities* fizessem cair o desmatamento em 52%.

22: Mas é inegável que as commodities ajudaram.

MS: É uma das variáveis. Não quero ficar disputando com as *commodities*. O setor ambiental e as pessoas que pensam essa problemática colocaram na mesa um conjunto de sugestões e resolvemos transformar isso em política pública. Alguns estão ansiosos por verificar se foram exclusivamente as *commodities*, ou essas ações tiveram alguma repercussão. Nada disso é motivo para baixar a guarda. Buscamos o desmatamento ilegal zero, a valorização da floresta em pé, o uso dos recursos madeireiros e não madeireiros e, de forma eficiente, das áreas convertidas para não precisar abrir mais. Esse é o desafio da próxima agenda. As ações de comando e controle deram uma resposta, mas não são a resposta. A resposta é mudar o paradigma de desenvolvimento na Amazônia. Claro, não tem como mudar o paradigma se quem ocupa a terra são os grileiros. Esses receberam um tiro de misericórdia. Não tem como mudar se dentro da própria instituição de fiscalização havia 100 pessoas

Ações de comando e controle foram uma resposta, mas a saída é mudar o paradigma de desenvolvimento

envolvidas em crimes ambientais. Não há como mudar se há empresas criminosas operando no sistema. Estamos buscando essa base limpa. Os Estados têm responsabilidades, não se pode controlar um país de 8 milhões de quilômetros quadrados a partir de Brasília. Temos um sistema compartilhado e trabalhamos para organizá-lo.

22: A senhora citou sugestões de ambientalistas, cientistas. Como é a relação com o setor privado?

MS: Temos muitas contribuições, dentro dos espaços de diálogo, de diferentes setores. Conversamos com todos. A vantagem de ter uma equipe ambientalista é que as pessoas não têm medo de conversar, de negociar com quem quer que seja, sabemos para onde queremos ir.

22: Como conciliar o investidor e a conservação, uma vez que será necessário elevar a oferta energética. Algumas pessoas falam em Angra 3...

MS: Eu sou contra, o MMA é contra. O Brasil tem potencial para resolver o problema sem lançar mão de Angra 3. Temos 41% da nossa matriz energética renovável, 81% da matriz elétrica é renovável...

22: A senhora considera hidrelétrica renovável?

MS: É renovável, mas não se pode dizer que não tem impacto. Os investimentos hoje buscam maior eficiência e isso tem a ver com a melhoria do setor de licenciamento. Quando chegamos aqui, havia sete pessoas concursadas no setor de licenciamento para a parte de estradas, petróleo, gás, hidrelétricas. Agora temos 150. Tínhamos problemas com a qualidade dos estudos de impacto ambiental. Chegamos a ter estudos em que era feito um corte-e-cola, apareciam cachoeiras da Venezuela, porque partia-se do princípio de que o estudo não seria visto. Hoje fazemos consulta pública até para o termo de referência para que haja um alcance maior em relação àquilo que o empreendedor deve responder, e com isso aumenta a eficiência. Temos o portal do licenciamento, em que as informações são colocadas de forma transparente, e uma resolução do Conama com prazos para o licenciamento. Não se pode ter a idéia de que o licenciamento não é objetivo, que depende de vontade política para ser mais ou menos rápido. É um processo tão objetivo quanto apresentar e maturar, tecnicamente,

um projeto.

22: Quão importante é para o Brasil crescer 5%?

MS: Ninguém pode ser contra o crescimento econômico, temos que qualificá-lo. As empresas que perseguem esse caminho têm inserção social enorme, estão na vanguarda do ponto de vista econômico, da preferência dos clientes. O poder público está aí para ajudar a alavancar esses processos. Por exemplo, criamos o distrito florestal sustentável da BR-163 em uma região de grilagem, que gerava 18 mil empregos precários, arrecadava pouco. Agora podemos ter a geração de 100 mil empregos, a arrecadação de mais de 1 bilhão de reais e a geração de mais de 400 megawatts. Por um lado há necessidades imediatas e, por outro, necessidades estratégicas em relação aos serviços ambientais, aos recursos naturais. Não podemos abrir mão de uma nem de outra, mas não se podem sacrificar os recursos de milhares de anos pelo lucro de algumas décadas.

22: A senhora fica no ministério?

MS: Só três pessoas sabem disso: Deus, o presidente Lula e eu. E nenhum dos três se manifestou sobre o assunto.

22: Pessoalmente, a senhora gostaria?

MS: No dia em que a irmã Dorothy morreu, tive certeza de que não poderia ter recusado o primeiro convite. Em que pesem todas as dificuldades, o presidente conduziu até aqui, junto comigo, essa agenda. Parar um empreendimento com um consórcio de 18 empresas, dezenas de prefeitos e dois governadores dizendo que era para começar ontem, isso não se faz sem a ajuda do presidente. Nesse primeiro período eu me senti muito honrada.

22: Prestigiada politicamente?

MS: Seja qual for o capital que você tenha, tem que colocar a serviço da sua ética, dos seus ideais, e do amor que você tem pela humanidade. Foi o que fiz.

22: É o que move a senhora?

MS: Sou movida a fé e a determinação. O que eu faço — meio ambiente, natureza, direitos humanos —, faço desde os 17 anos. Fiz como sindicalista, professora, vereadora, deputada, senadora, no Ministério. No dia em que voltar a ser dona de casa, vou fazer isso, do tamanho que eu sou. ■

Não interessa de onde vem o recurso, mas que seja eficiente. Quero ver ambiente no ambiente dos outros

REVELAÇÃO

POR FABIO COLOMBINI

Há um mundo ao redor que nos passa imperceptível. Um pouco mais de atenção e lá está ele, com olhos a nos observar. Na asa do inseto, na casca da árvore, na superfície da pedra. É a natureza que nos diz, olho no olho: somos feitos da mesma essência. À esquerda, asa de mariposa (*Automeris sp.*, Mata Atlântica, SP). Nesta página, tronco de nogueira, Rio de Janeiro. O ensaio fotográfico desta edição baseia-se no livro *Natureza Brasileira em Detalhe* (Editora Metalivros).



A medida **CERTA**

NOVOS TERMÔMETROS DE RIQUEZA SURGEM PARA ROMPER
A PRIMAZIA DO PIB E COLOCAR EM DISCUSSÃO
O TIPO DE CRESCIMENTO QUE O BRASIL PRECISA

■ ■ ■ POR AMÁLIA SAFATLE

Lembram-se do espetáculo do crescimento? Era uma das expressões mais recorrentes na mídia no início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme anunciado pelo Palácio do Planalto, as cortinas se abririam em julho de 2003 e... abracadabra: os problemas da nação, um a um, começariam a ser resolvidos.

Na véspera do segundo mandato, a palavra crescimento ganha novamente *status* de palavra mágica. Só que, mais uma vez, as cortinas não se abrem porque estariam, na versão do Planalto, “travadas”. Ministérios Públicos, Ministério do Meio Ambiente, índios, ambientalistas, quilombolas, organizações da sociedade civil — todos conspirando contra a possibilidade de o País alcançar metas invejáveis de crescimento do Produto Interno Bruto.

Páginas e mais páginas voltaram a ser preenchidas na imprensa neste fim de ano com o tal “debate do crescimento”. Números igualmente mágicos, como uma almejada taxa de 5% ao ano, saltaram da cartola para os editoriais.

O PIB é um indicador bastante questionável, como se verá neste Especial, mas a discussão em torno dele e de suas taxas é um ótimo termômetro da (má) qualidade do debate que se instaurou em parte da sociedade sobre os rumos do País.

Nas últimas décadas, o mundo e a compreensão dele tornaram-se mais complexos. Da mesma forma, os problemas e suas soluções ficaram mais sofisticados. A sociedade civil encontra-se mais organizada. A ciência mostra que a vulnerabilidade ambiental e social é galopante. O desenvolvimento ganha novos e amplos significados. A disparidade é um problema nacional e mundial (os 2% mais ricos concentram metade dos ativos do planeta!). (Leia quadro à pág. 22.)

Em suma, há um caldo riquíssimo para se questionar a natureza do crescimento, entender para que e a quem serve a geração de riquezas, e assim definir o que se pretende obter da aventura econômica sobre a Terra.

Mas no *mainstream* o debate acerca do PIB desperdiça essa oportunidade de discussão e mostra que ainda predomina no Brasil uma visão do crescimento dissociado do desenvolvimento humano e ambiental, sobrepujado por uma régua meramente econômica. “O presidente não está errado quando diz que há entraves ao crescimento, criados por um arcabouço legal mais rígido. A questão é saber qual é o tipo de crescimento que queremos para o

Brasil”, diz o economista José Eli da Veiga, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Em conseqüência, as variáveis sociais e naturais ganham pouco espaço na agenda política e na esfera governamental — que conquista votos acenando apenas para o aumento do ritmo do PIB, sem atentar para os impactos socioambientais nem observar como se dá a repartição dos ganhos entre a sociedade (leia nas próximas páginas reportagens sobre a agenda de crescimento nas áreas de *infra-estrutura, energia e agropecuária*).

MOVIMENTO SUBVERSIVO

Entretanto, está em curso um movimento subversivo, nas palavras de Eli da Veiga, na direção de romper a primazia do PIB como fita métrica universal. “Há muito tempo se sabe que o PIB não serve para medir o desenvolvimento. Agora se percebe que não serve nem mesmo para medir a riqueza.”

Isso porque, grosso modo, o indicador mede um fluxo de renda sem descontar a depreciação dos estoques. É como se o taxista considerasse

como seu ganho todo o dinheiro obtido nas corridas, sem subtrair os gastos com a depreciação, a manutenção e os consertos do automóvel, explica.

O exemplo extrapola-se pelo planeta. O sistema de contas nas nações aufere a taxa de crescimento do PIB sem considerar a depleção dos recursos naturais nem a exploração dos recursos humanos. Assim, a Arábia Saudita, por exemplo, obtém crescimentos fantásticos com a venda do petróleo, mas sem inserir na contabilidade o fato de que as reservas estarão extintas em 200 anos.

Há ainda outra ressalva. Gestada no pós-guerra, há 50 anos, a contabilidade que deu à luz o PIB não tinha preocupações outras além de medir o acúmulo de riqueza, representada pelo valor comercial de produtos e serviços. E, assim, passou ao largo das questões éticas, que hoje não podem mais permanecer debaixo do tapete.

Patrick Viveret, filósofo e conselheiro do Tribunal de Contas da França, autor do livro *Reconsiderar a Riqueza* (Editora UnB), dá exemplos de como o crescimento não é necessariamente um dado positivo, e que o importante é levar em conta a forma pela qual ele é obtido. É o caso dos acidentes de trânsito na França, que movimentam bilhões de euros em custos diretos e indiretos.

“Supondo que no próximo ano não tivéssemos nenhum acidente nas estradas francesas, nosso PIB diminuiria de maneira significativa, a França perderia uma ou

A TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB MEDE O FLUXO DE RENDA SEM CONSIDERAR A DEPLEÇÃO DOS ESTOQUES NATURAIS E SOCIAIS



ESPELHO QUEBRADO

Gestada no pós-guerra, a contabilidade que deu à luz o PIB não tinha preocupações outras além de medir a riqueza econômica. E assim passou ao largo de questões éticas, que não podem mais ficar debaixo do tapete

50 ANOS EM 5. O número de 5%, que saltou das cartolas, mostra que o debate sobre o desenvolvimento do País ainda é guiado por um paradigma dos anos 50

várias posições na classificação das potências econômicas e veríamos muitos economistas anunciando com voz grave que a crise estava de volta”, diz Viveret.

O mesmo aconteceria se desaparecessem somas relativas a gastos hospitalares com a poluição atmosférica, ou às guerras e às catástrofes climáticas, tais como o Katrina e a Guerra do Iraque, para citar exemplos mais recentes que serviram para girar a fortuna do PIB americano.

Como ressalta Eli da Veiga, os gastos em armamentos são tratados como investimento produtivo, ou como consumo corrente. “Os técnicos de contas nacionais se defendem com argumento supostamente neutro: de que o fornecimento dessas armas deve ser entendido como prestação de serviço à defesa nacional. Todavia, é óbvio que o caráter destrutivo de operações militares não pode ser visto como um processo de produção, critério norteador das convenções da contabilidade social”, afirma.

Por outro lado, todas as atividades voluntárias e as relacionadas à qualidade de vida, embora benéficas à sociedade, não acrescentam um centésimo sequer à taxa de crescimento. “É tempo de mudar o termômetro”, conclui Viveret. Ou então de questionar o que se deve entender por riqueza.

Para Ladislau Dowbor, professor de Economia da PUC-SP, a utilidade do PIB está em declínio porque, assim como um velocímetro, só mede a rapidez com que cresce o nível de atividade, mas não indica para onde. “Nós aprendemos nas escolas de economia que, cada um buscando o seu lucro, o resultado seria um enriquecimento geral, segundo a teoria de Adam Smith.”

Mas estaria Adam Smith errado? “Hoje, em um tempo em que imperam os monopólios e o esgotamento dos recursos naturais, a economia precisa de sistemas de regulação mais sofisticados que o PIB, que chamo, inclusive, de Produto Interno Burro”, responde Dowbor.

“Não vejo outro ponto de partida para a medida de riqueza que não o PIB *per capita*”, afirma Edgard Pereira, economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). Segundo ele, em uma economia de mercado, a inserção das pessoas à sociedade e o acesso aos bens dá-se por meio das trocas

ECONOMIA DE GUERRA. O PIB encolheria se desaparecessem as despesas com gastos hospitalares decorrentes da poluição, com as guerras e com as catástrofes climáticas



mercantis e do trabalho, e o PIB é uma ferramenta excelente para medir renda e emprego.

Pereira frisa que o Brasil ainda necessita que o PIB cresça, para que dê a base material necessária à construção do bem-estar. E é a indústria o elo capaz de transformar os recursos nessa base material. “Toda rede de esgoto, toda construção de moradia requer uma base material. Nesse processo não necessariamente é preciso gerar passivos socioambientais, é possível criar as bases de forma harmônica”, diz.

Segundo dois expoentes do pensamento sobre indicadores de riqueza, Jean Gadrey e Florence Jany-Catrice, professores de Economia da Universidade de Lille, na França, o PIB como símbolo de sucesso tem sido alvo de contestação desde a década de 70, mas as críticas tiveram pouco impacto na institucionalização de indicadores alternativos.

O DESAFIO METODOLÓGICO

Para os autores do livro *Os Novos Indicadores de Riqueza* (Editora Senac), uma importante razão estaria na fragilidade científica e metodológica desses indicadores, enquanto o PIB se legitimava internacionalmente como um termômetro da criação de renda e emprego, dados que soam como positivos.

Mas, da segunda metade dos anos 90 para cá, houve evoluções científicas e metodológicas na construção de “réguas” alternativas, na tentativa de representar por meio de indicadores sintéticos (que agregam em um só número um panorama de dados) ou por meio de sistemas de indicadores (que colocam os indicadores lado a lado, sem fundi-los), uma realidade econômica que se mostra mais complexa, composta de dimensões humanas e ambientais.

É o que se chama de terceira geração de indicadores. A primeira, representada pelo PIB, reinou na década de 50. “Era um período em que crescimento econômico se confundia com desenvolvimento”, diz Wadih João Scandar Neto, mestre em estudos populacionais e pesquisas sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que acaba de defender uma tese na qual apresenta a construção metodológica de um indicador de desenvolvimento sustentável.

A frase de Scandar Neto faz pensar que a agenda de crescimento proposta pelo governo e reivindicada pelo setor privado, em cima da qual se traçam os rumos do País, ainda não teria saído do paradigma dos anos 50.

Esse paradigma começou a ser questionado já na década de 60, diz Scandar Neto, quando se perguntou se o crescimento econômico acarretaria necessariamente benefícios sociais. Essa preocupação acabou levando, nos anos 90, à criação do Índice de Desenvolvimento Humano, que representa a segunda geração de indicadores. Na criação do IDH, optou-se por abarcar apenas três dimensões: esperança de vida, nível de instrução e renda, de forma que todos os países tivessem condição de fornecer dados e a comparabilidade se tornasse possível mesmo entre o mais e o menos rico dos países.

O IDH, entretanto, hoje é alvo de ressalvas, por apresentar uma visão sumária para uma realidade muito complexa — embora tenha tido o mérito de levar a pauta social para a esfera econômica e ter sido, devido a sua simplicidade, assimilado e amplamente divulgado pela mídia.

Uma terceira geração de indicadores se apresentou,

então, como uma evolução a partir do IDH. Segundo Gadrey e Florence, o número desses indicadores alternativos passou de zero nos anos 80 para dois em 1990 (um deles o IDH), cerca de dez em 1995 e por volta de 30 apenas no biênio 2000-2001.

Muitos deles incluem, além da dimensão social, a ambiental. São os casos do PIB verde, do Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável (Ibes), do Índice de Sustentabilidade Ambiental (das universidades americanas Yale e Columbia), do Indicador de Progresso Real, do Indicador de Poupança Verdadeira do Banco Mundial e da Pegada Ecológica, entre outros. São exemplos de índices em que a dilapidação do patrimônio ambiental, por exemplo, entra nas contas com um sinal de subtração, ou são considerados como um fator negativo.

O desafio hoje é que indicadores dessa estirpe ganhem legitimidade para nortear o debate sobre crescimento e influenciar a condução das políticas públicas. Em outras palavras, que “peguem”.

Para Eli da Veiga, o grande empecilho é de ordem técnica, pois, em sua opinião, ainda há muito o que desenvolver em termos metodológicos, diante da dificuldade prática de medir os estoques de riqueza natural e humana. Além disso, acredita, seria preciso haver uma concertação mundial, necessariamente capitaneada pelas Nações Unidas, para que o novo indicador se tornasse uma convenção em um mundo globalizado, assim como o PIB e o IDH.

INDICADOR VICIADO

Mas há quem atribua a dificuldade a questões de ordem político-econômica. “A régua do PIB é mais favorável à acumulação capitalista. O PIB é viciado na acumulação de riqueza, enquanto a busca de indicadores alternativos constitui um caminho transgressor”, afirma Aldaiza Sposati, coordenadora do Centro de Estudos das Desigualdades Socioambientais, responsável pela publicação do Mapa de Inclusão e Exclusão Social.

Para Dowbor, há um interesse em se manter a primazia do PIB por parte de uma elite econômica. “É sabido que boa parte do problema das enchentes se resolve com pequenas intervenções, como a grama nas calçadas, a permeabilização no solo. Mas as empreiteiras, por exemplo, se beneficiam das obras de grande porte, que fazem crescer o PIB, como os piscinões e a canalização de córregos e rios”, diz.

Na visão de Pedro Luiz Barros Silva, coordenador

FRAGILIDADE TÉCNICA E INTERESSES POLÍTICOS E ECONÔMICOS IMPEDEM UMA MUDANÇA PROFUNDA NO SISTEMA DE CONTAS MUNDIAL

PROFUSÃO DE ÍNDICES

O número de índices alternativos era zero nos anos 80. Apenas no biênio 2000-2001, chegou a 30. Entre eles estão o PIB verde, o Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável e o Indicador de Progresso Real

AS “PRIORIDADES” DO MUNDO

(GASTOS ANUAIS)

EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS*	US\$ 6 BILHÕES
COSMÉTICOS NOS EUA	US\$ 8 BILHÕES
ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS*	US\$ 9 BILHÕES
SORVETE NA EUROPA	US\$ 11 BILHÕES
SAÚDE BÁSICA E NUTRIÇÃO PARA TODOS*	US\$ 13 BILHÕES
CIGARROS NA EUROPA	US\$ 50 BILHÕES
BEBIDAS ALCOÓLICAS NA EUROPA	US\$ 105 BILHÕES
DESPESAS MILITARES NO MUNDO	US\$ 780 BILHÕES

* ESTIMATIVA ADICIONAL PARA ATINGIR ACESSO UNIVERSAL A SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS EM TODOS OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO. FONTE: HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1998



do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (Nepp), da Unicamp, índices de terceira geração, que reúnem as dimensões clássicas da sustentabilidade — social, ambiental e econômica —, não “pegaram” no Brasil por falta de vontade política.

“Essa pauta ainda não entrou na agenda do governo”, afirma. Some-se a isso a existência de uma classe dominante de forma geral pouco empenhada em resolver os problemas socioambientais. “Temos uma elite que é anti-povo, que não gosta de reconhecer direitos trabalhistas, que paga mal a empregada, enquanto compra sêmen de cavalo árabe na Daslu”, aponta Barros Silva.

O Nepp, junto com o Instituto DNA Brasil, é o responsável pela criação, em 2004, do Índice DNA Brasil, um sistema de indicadores de bem-estar econômico, competitividade econômica, condições socioambientais, educação, saúde, proteção social básica e coesão social — sintetizados na figura de um polígono, que permite visualizar o quanto falta ao Brasil chegar, de forma realística, a um patamar desejável. O índice em 2006 é de 51,4%, número que representa o quanto a realidade atual corresponde à situação ideal.

O DNA foi construído a partir da contribuição de um time de 50 pensadores das mais diversas áreas, de economistas a artistas, de filósofos a líderes comunitários, que responderam à pergunta: “Como queremos que o Brasil esteja daqui a 25 anos?”.

Para Barros Silva, o problema é que os governos federais, tanto na gestão de FHC como na de Lula, até tentaram fazer um exercício de longo prazo, mas que sempre é atropelado pelo curto prazo. Em sua visão, isso ocorre porque, mal ou bem, a roda econômica gira e dá frutos. Isso faz com que a sociedade se acomode e não persiga mudanças efetivas, deixando de se mobilizar em torno da formulação de um novo projeto de nação, a partir de um pacto social e ambiental.

“Pode ter se instaurado no Brasil um padrão capitalista de inércia e estagnação, em que o crime organizado continua se organizando, em que as desigualdades vão se sobrepondo, em que os recursos naturais vão se esvaindo, em que há tolerância à corrupção”, avalia.

FUNÇÃO DE DAR O ALERTA

Os indicadores teriam, portanto, a função de dar o alerta de que, embora a roda esteja girando, é preciso promover mudanças na direção da sustentabilidade e do bem-estar das pessoas. Teriam o papel também de escrutinar

onde se localizam os maiores problemas, já que o IDH fornece uma visão generalista. “O IDH teve mais o papel de chamar a atenção dos fóruns internacionais sobre a questão social — e nisso foi muito bem-sucedido — do que propriamente de orientar as políticas públicas”, diz Sinésio Pires Ferreira, diretor-adjunto de Produção e Análise de Dados do Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Mais ainda: o IDH não engloba a dimensão ambiental.

Com a finalidade de preencher essas lacunas é que surgiu o Indicador de Desenvolvimento Sustentável (IDS), construído por Wadih Scandar Neto.

O IDS foi aplicado por Scandar Neto aos municípios fluminenses, mas pode ser utilizado em outros estados e no País. Seus 30 indicadores organizam-se dentro dos temas rendimento, saúde, educação, habitação, violência, atmosfera, uso da terra,

saneamento, quadro econômico, padrões de produção e consumo e capacidade institucional.

O instrumento permite que se obtenha “a ficha” do município em questão, a partir da qual é possível identificar a área exata na qual o prefeito deve priorizar sua atuação. A maior dificuldade na utilização do índice é encontrar bases de dados que o alimentem: ao mesmo tempo válidos para representar a realidade, confiáveis e periodicamente divulgados.

É possível consultar informações sobre a poluição atmosférica, por exemplo, dos municípios paulistas, mas elas não estão suficientemente disponíveis em outros estados da federação.

As informações das quais os pesquisadores mais sentem falta são justamente as ambientais. Segundo Felícia Reicher Madeira, diretora-executiva do Seade, há interesse por parte da fundação de que a dimensão ambiental passe a ser abordada, mas, segundo ela, isso não acontece devido a dificuldades na obtenção de dados. Desde 2000, o Seade publica a cada dois anos — para este dezembro está prevista uma nova edição — o Índice Paulista de Responsabilidade Social.

A idéia foi criar uma medida que também pudesse ser sensível à heterogeneidade existente no estado paulista. Assim, foram identificadas cinco categorias de municípios, demonstrando que o crescimento econômico não necessariamente está atrelado às melhorias sociais. Há cidades ricas e com indicadores sociais acima da média; cidades ricas e com quadro social ruim (caso de Barueri); as que são pobres e têm índices sociais péssimos (caso de

NO PAÍS, HÁ ALTERNATIVAS COMO O ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E O INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



NA RAIZ DOS PROBLEMAS

O DNA Brasil, construído a partir da contribuição de 50 pensadores de diversas áreas, propõe-se a medir o quanto falta ao Brasil atingir um estágio ideal, dentro das possibilidades reais



IGOR PESSOA

Francisco Morato); as que não são ricas, mas a qualidade de vida é boa; e as que estão em transição.

Para obter uma ficha ainda mais detalhada de cada município, considerando a heterogeneidade que também existe dentro de cada um deles, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), por Ricardo Paes de Barros, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O grande diferencial do IDF é que a família é a base de dados para todos os cálculos. Assim é possível identificar cirurgicamente, em cada bairro e em cada rua, quais são os problemas a serem atacados, utilizando inclusive ferramentas tecnológicas como o geo-referenciamento.

O município de Marechal Taumaturgo (AC) é um que adotou o IDF, após ter sido classificado em último lugar no Brasil segundo o IDH. “Fomos penalizados porque não temos acesso a água tratada, nem creches, nem ruas asfaltadas. É que bebemos água limpa na fonte, andamos a pé ou de barco e temos relações sociais em que as mães se ajudam no cuidado com os filhos”, conta Maria das Graças Alves Pereira, secretária de Cidadania

e Assistência Social do Acre.

Segundo ela, embora o IDH diga que não, as pessoas em Marechal Taumaturgo, composta em boa parte de indígenas, estão vivendo muito bem.

O professor Ladislau Dowbor defende que, além de indicadores globais, cada cidade ou região desenvolva o seu, voltado à qualidade de vida local. É o caso de Jacksonville, nos EUA, em que se medem, por exemplo, a qualidade da água na torneira, o ar que se respira, o tempo de espera no ponto de ônibus.

São maneiras de cobrar a construção de um mundo melhor a partir do próprio lar. Mas para isso é preciso adotar instrumentos que não sejam cegos aos problemas nos quais tropeçamos, e depois seguimos andando, como se nada houvesse acontecido. É o dilema com o qual o economista Amartya Sen, na discussão sobre um índice que fosse alternativo ao PIB, se deparou:

“Enquanto ouvia Mahbub ul Haq (criador do Relatório de Desenvolvimento Humano), escutei um eco do poema de T.S. Eliot: ‘A espécie humana não suporta muito bem a realidade’”.

FAVELA DA ROCINHA. **Novos índices escancaram uma realidade socioambiental e de qualidade de vida que as réguas tradicionais encobrem**





Crescer, crescer **E CRESCER**

O GOVERNO PLANEJA INVESTIR R\$ 200 BILHÕES EM OBRAS
ATÉ 2010. É UMA RICA OPORTUNIDADE PARA ADOTAR CRITÉRIOS
SUSTENTÁVEIS EM VEZ DE CONSIDERÁ-LOS COMO ENTRAVE

... POR ROBERTO VILLAR BELMONTE

“**E**stou determinado a fazer com que este País saia desses 25 anos de crescimento medíocre. (...) O meu desafio, dos meus ministros, dos nossos governadores e do povo brasileiro é crescer, crescer e crescer. (...) Estamos dedicando toda a nossa energia para destravar os gargalos institucionais e econômicos que ainda retardam o passo seguinte da nossa história. (...) Temos os instrumentos para continuar investindo pesado em infra-estrutura. Podemos ajustar esses instrumentos, podemos dotá-los de maior agilidade, podemos complementá-los. (...) Faremos o que for preciso e o que for necessário.”

Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro encontro com os dirigentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) após sua reeleição.

O caminho que o presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva pretende trilhar está repleto de canteiros de obras. Nos próximos quatro anos, ele planeja construir rodovias, ampliar as vias navegáveis, a malha ferroviária, a capacidade dos portos e a integração física com os demais países da América do Sul para “destravar os gargalos” que, segundo ele, impedem o crescimento da economia. Se for bem-sucedido, talvez entre para a história como uma espécie de Juscelino Kubitschek do século XXI.

A história também dirá se Lula será lembrado como o presidente que conseguiu equilibrar a ânsia de crescimento e as reais necessidades do desenvolvimento, que incluem questões sociais e ambientais.

O empenho desenvolvimentista é aplaudido pelas lideranças empresariais, que há anos reclamam do custo Brasil, constituído por problemas como burocracia, alta carga tributária, corrupção e infra-estrutura precária. O governo decidiu ouvir as críticas, e tenta reduzir esse custo, pelo menos no que tange à infra-estrutura.

Mas, se megaprojetos forem executados sem respeito a critérios socioambientais, a história novamente dirá qual é o custo, por exemplo, da destruição da Amazônia em função de uma rodovia aberta à revelia da lei.

Se as obras forem bem planejadas, sem fraudes e superficialidades nos estudos de impacto ambiental, o Brasil terá a oportunidade de implementar um modelo contemporâneo de desenvolvimento ambientalmente correto e socialmente justo.

Um ensaio desse novo “jeito de caminhar”, como costuma dizer a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, foi testado, aparentemente com sucesso, durante

a negociação do Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163 – que liga Cuiabá, capital de Mato Grosso, a Santarém, no Pará –, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) com ampla participação da sociedade e do governo federal. Trata-se do primeiro projeto de pavimentação de uma estrada na Amazônia feito com base em critérios socioambientais.

No entanto, após diversas audiências públicas e adequações no projeto da estrada, aberta nos anos 1970, ela ainda pode causar danos ambientais de longo prazo. Mesmo se o governo federal levar em consideração todos os cuidados discutidos e acordados, não há garantias de que, nos próximos anos, a pavimentação da rodovia não ocasionará mais desmatamento.

Em boas condições, a BR-163 vai reduzir o frete dos exportadores de commodities agrícolas do Centro-Oeste, o que tende a incentivar a abertura de novas áreas de floresta para criar gado e plantar soja. O exemplo da BR-163 mostra que o tema do desenvolvimento é complexo demais para ser resumido em meras projeções de taxas de crescimento.

O EMPENHO
DESENVOLVIMENTISTA
É APLAUDIDO PELAS
LIDERANÇAS EMPRESARIAIS,
QUE HÁ ANOS RECLAMAM
DO CUSTO BRASIL

Oportunidades não devem faltar nos próximos quatro anos para inserir elementos de sustentabilidade nas obras de infra-estrutura. Os investimentos previstos para o período de 2007 a 2010, nos setores de energia

elétrica, comunicações, ferrovias, portos e saneamento, podem chegar a quase R\$ 200 bilhões, de acordo com levantamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Se confirmados, significariam um aumento de 65% em relação ao período de 2002 a 2005. Contudo, o mesmo documento, de autoria de Emani Torres Filho e Fernando Puga, aponta problemas relacionados ao marco regulatório e à incerteza do ponto de vista ambiental como os mais importantes fatores de atraso das obras.

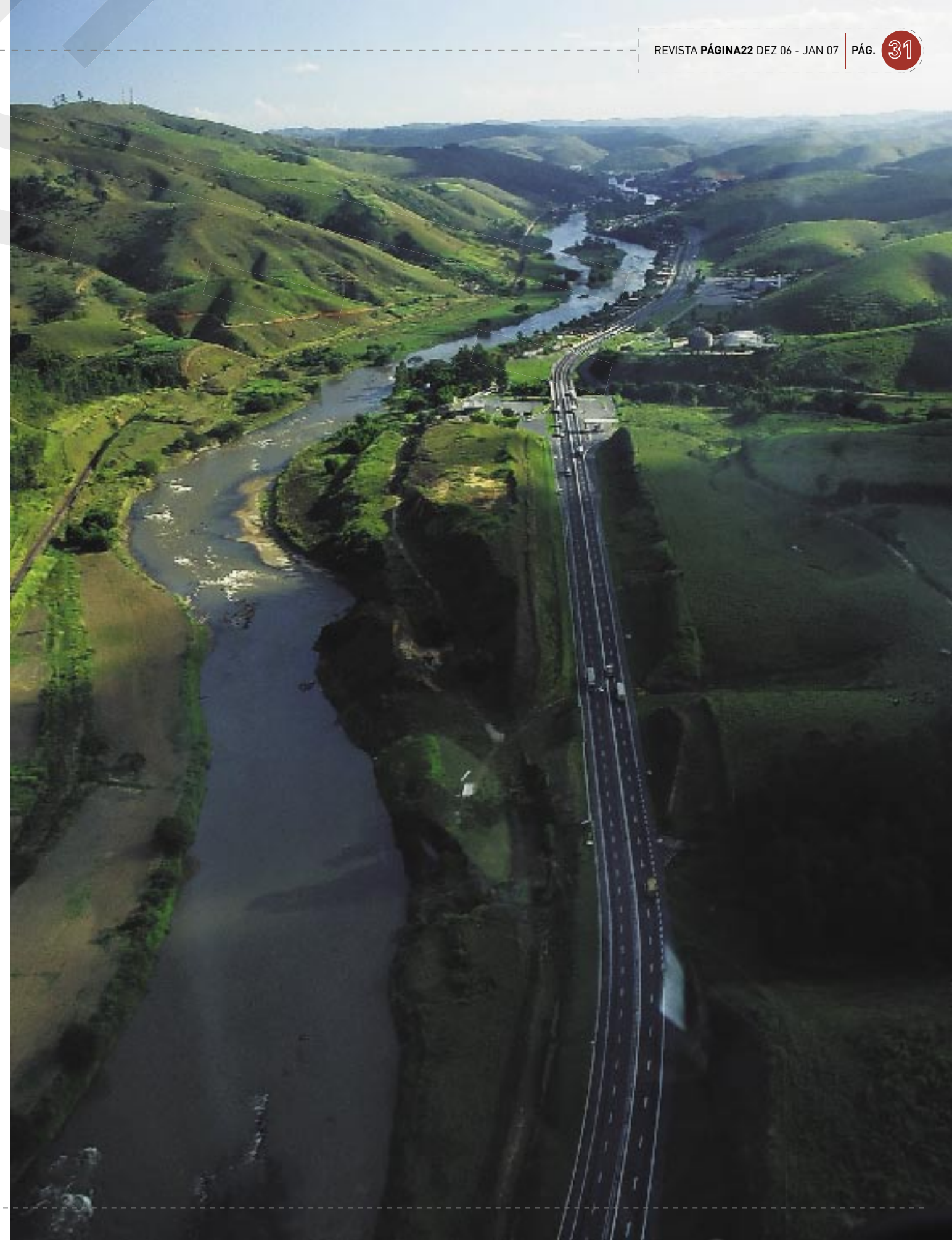
A posição do BNDES quanto à “incerteza do ponto de vista ambiental” é um sinal explícito de que sobrevive, no principal banco de desenvolvimento do País, a visão de que a preservação do meio ambiente é mais um entrave do que um ativo e uma vantagem competitiva sobre outros países.

“Ainda falta ao banco essa sensibilidade. Tanto que sua área ambiental não tem poder para vetar projetos, apenas faz sugestões aos demais setores”, constata Luciana Badin, pesquisadora do projeto de acompanhamento social do BNDES desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). “O enfoque



O CAMINHO
A SEGUIR

O projeto da BR-163 é o primeiro de uma estrada na Amazônia que considera elementos socioambientais. A estrada asfaltada, entretanto, deverá estimular a produção de grãos do Centro-Oeste, em função da queda no frete





FOTOS: IGOR PESSOA

CARGA PESADA.

A construção e recuperação de estradas será um dos grandes desafios ambientais. Segundo a CNT, 63.294 quilômetros apresentam algum problema de trafegabilidade

ainda é o de analisar os impactos localizados de cada obra, sem olhar os possíveis problemas de uma maneira ampla e sistêmica.”

Do outro lado do balcão, as entidades empresariais reclamam que são “vítimas” do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Antes das eleições, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregou ao presidente um documento de 173 páginas com sugestões para o Brasil voltar a crescer e prioridades em dez áreas, como infra-estrutura e meio ambiente.

O relatório *Crescimento, a Visão da Indústria*, destaca que por 19 vezes nos últimos 25 anos a economia brasileira cresceu menos que a mundial. Na última década, o PIB teve taxas médias anuais de expansão de apenas 2,2%. Nos anos 80, o produto brasileiro representava 3,15% do PIB mundial. Nos cinco anos passados, a participação caiu para 2,65%.

O documento da CNI apresenta a situação da infra-estrutura como crítica. Com exceção do setor do petróleo, “a área vive um período de incertezas, progressiva deterioração e insuficiente expansão”, avalia o relatório.

Entre as medidas sugeridas, está a simplificação das regras de licenciamento ambiental, “especialmente no que tange às exigências adicionais impostas pelos órgãos ambientais e à demora na análise dos processos”.

POLÍTICA ECONÔMICA

Apesar da grita dos industriais, não há estudos que evidenciem a questão ambiental como causa do baixo crescimento. “O meio ambiente não tem nada a ver com isso”, afirma Carlos Eduardo Young, do Grupo de Economia do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Rio de Janeiro. “Acho que estão querendo usar a questão ambiental para mascarar o fracasso da política econômica.”

Segundo ele, não é a legislação que atrasa a emissão das licenças, e sim a má qualidade dos estudos de impacto ambiental. “Os projetos de infra-estrutura não podem ser feitos como antigamente, quando não havia controle dos mecanismos de licenciamento ambiental e qualquer empreendimento era aprovado sem restrição”, diz.

O ATRASO NAS LICENÇAS NÃO SE DEVERIA À LEGISLAÇÃO, MAS À MÁ QUALIDADE DOS EIA-RIMA ELABORADOS PELOS INVESTIDORES

Young classifica como um equívoco a visão de que há uma relação direta entre crescimento econômico e degradação dos recursos naturais. Na década de 80, lembra, o Brasil apresentou crescimento baixo com degradação. “É possível crescer 5% ao ano com melhoria da qualidade ambiental”, opina. “Se o crescimento ocorre de um modo equilibrado, há um círculo virtuoso, pois acaba gerando os recursos necessários para a preservação, despoluição dos rios, proteção dos parques, inclusive para a recuperação florestal.”

AGENDA DE DESENVOLVIMENTO

O equilíbrio citado por Young não aparece no discurso e nas obras planejadas pelo presidente. No primeiro de uma série de encontros ministeriais para definir uma agenda de desenvolvimento, Lula reuniu representantes dos ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, da Justiça, da Casa Civil e do Meio Ambiente para discutir 120 obras e as medidas necessárias para viabilizá-las.

O governo anunciou o envio de um projeto de lei complementar ao Congresso Nacional para regulamentar o artigo 23 da Constituição Federal, que determina como competência comum do governo em todas as esferas a proteção das paisagens naturais renováveis e do meio ambiente, o combate à poluição, além da preservação da fauna e da flora.

As competências de cada esfera de governo foram estabelecidas em dezembro de 1997 pela Resolução nº 237 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). A resolução, porém, não tem o mesmo efeito jurídico de uma lei, o que abre uma lacuna. Por consequência, muitos processos de licenciamento caem em impasses judiciais quando, por exemplo, o Ministério Público entende que a competência para avaliar um empreendimento seria da União, e não do estado ou dos municípios.

A intenção do governo ao enviar o projeto de lei para apreciação do Congresso Nacional é evitar que os funcionários do Ibama percam tempo analisando obras que poderiam ser licenciadas nas esferas estadual ou municipal e, assim, agilizar o processo de licenciamento.

O Instituto Socioambiental (ISA), uma das ONGs que acompanham de perto as grandes obras, concorda com a regulamentação por lei do artigo 23. “É importante que tenhamos definições muito claras sobre a questão das competências para que esse não seja um impeditivo do processo de licenciamento”, diz o advogado Raul Silva Telles do Valle, do Programa de Política e Direito Socioambiental do ISA. Ele adverte, entretanto, que a organização é contrária “a qualquer modificação nas normas que vise reduzir o papel do licenciamento ambiental apenas para facilitar a tramitação dos projetos”.

A advertência não é feita por acaso. Uma semana antes do encontro com a CNI, Lula discursou ao lado do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PPS), sobre os “entranhos com o meio ambiente” e pôs em alerta os ambientalistas, que temem um afrouxamento da legislação para destravar os investimentos em infra-estrutura considerados necessários para o crescimento almejado do PIB.

A ministra Marina Silva, em entrevista nesta edição, garante que Lula não quer mudar, mas adequar a legislação ambiental. “Nos últimos três anos, tivemos avanços no sentido de aperfeiçoá-la, não no rebaixamento ou simplificação, mas para a correta aplicação da lei. Precisamos cada vez mais aperfeiçoar o processo”, explica.

Ela afirma que o seu ministério, por decisão do presidente, tem sido ouvido pelas demais áreas do governo federal que tratam dos projetos de infra-estrutura.

Os projetos de construção e recuperação de rodovias serão um dos desafios ambientais para os próximos quatro anos. Segundo a Pesquisa Rodoviária 2006, da Confederação Nacional do Transporte (CNT), 75% das rodovias analisadas – o equivalente a 63.294 quilômetros – apresentaram algum tipo de problema. O estudo foi feito em 100% da malha rodoviária federal pavimentada e nos mais importantes trechos sob gestão estadual e sob concessão. Na opinião da CNT, é inimaginável um crescimento anual do PIB de 5% sem uma malha rodoviária com boa trafegabilidade e segurança.

As rodovias são o principal sistema de transporte do País e grandes indutoras de ocupação, de mortes no trânsito e de emissão veicular de gases de efeito estufa. Por elas circulam 62% das cargas transportadas. De acordo com a Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indús-

HIDROVIAS E RODOVIAS têm induzido à grilagem, à especulação imobiliária, ao desmatamento e ao deslocamento de comunidades



trias de Base (Abdib), há 56 mil quilômetros de rodovias federais pavimentadas e 14,5 mil sem pavimento. Sob jurisdição estadual são 92 mil quilômetros com asfalto e outros 116 mil não asfaltados. Para recuperar e ampliar a malha, o governo federal vai precisar, além de dinheiro, manter e ampliar o diálogo com a sociedade civil.

“As áreas de influência das rodovias e hidrovias têm gerado um alto custo socioambiental, com especulação imobiliária, grilagem de terras, expulsão de comunidades locais e desmatamento”, diz o executivo do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS), Temístocles Marcelos. Segundo ele, as obras no setor de transportes servem sobretudo para garantir o escoamento das commodities agrícolas e não levam em consideração um verdadeiro projeto de integração nacional ou mesmo da América Latina, como faz supor o discurso do governo.

Para Raul Valle, do ISA, “o planejamento viário no País obedece mais a interesses corporativos do que a uma estratégia mais ampla de desenvolvimento territorial”. Para a discussão avançar, diz Valle, seria necessário implementar a avaliação ambiental estratégica para o setor de transportes de cada região. Isso significa, entre outras coisas, discutir – de forma transparente e inclusiva – qual o modo de transporte mais adequado.

“O Brasil é grande e diverso, e certamente não há apenas um modelo a ser adotado. O melhor modal é aquele definido com base nas realidades locais que ele pretende atender, incluindo aí os interesses de toda a população e não apenas dos setores mais fortes da economia”, avalia. Marcelos, do FBOMS, também defende uma solução intermodal. E acredita que deveria haver mais investimentos em ferrovias, por conta da extensão territorial do País, inclusive para o transporte de passageiros, alternativa que ajudaria a desafogar as rodovias.

MAIS FERROVIAS

Após 30 anos sem crescimento significativo, e com

QUANTO SE INVESTIU

[2007 - 2010 / 2002 - 2005] EM R\$ BILHÕES

	REALIZADO	PREVISÃO	CRESCIMENTO (% AO ANO)
ENERGIA ELÉTRICA	40,8	88,2	16,6
COMUNICAÇÕES	58,7	58,8	0,0
PORTOS	N.D.	1,9	N.D.
FERROVIAS	7,7	11,0	7,4
SANEAMENTO	16,3	38,1	18,5
INFRA-ESTRUTURA	123,5	197,9	9,9

FONTE: BNDES - ELABORAÇÃO: SAE

uma extensão de apenas 29 mil quilômetros, a rede ferroviária entrou em um ciclo de expansão: deve receber investimentos de R\$ 11 bilhões nos próximos quatro anos, o que representaria um aumento de 7,4% em relação ao período de 2002 a 2005, conforme levantamento divulgado pelo BNDES.

Os destaques são a construção da malha Norte-Sul e da Nova Transnordestina, cujo empreendedor, a Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), foi autuado em outubro pelo Ibama por iniciar a construção no trecho de 100 quilômetros entre Missão Velha (CE) e Salgueiro (PE) sem atender exigências ambientais. A empresa também foi multada por desmatamento. Segundo o MMA, a situação do empreendimento está sendo regularizada.

Dos R\$ 11 bilhões em investimentos, a iniciativa privada deve aplicar cerca de R\$ 7,1 bilhões na malha até 2008, enquanto a União deve entrar com R\$ 4,2 bilhões para resolver problemas como invasões de faixa de domínio, passagens de nível irregulares e gargalos físicos e operacionais. Se os recursos forem de fato investidos, a participação das ferrovias na matriz de transporte, estima a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), pode chegar a 30% em 2008, um pouco mais próximo do parâmetro internacional, que é de 42%.

Para os ambientalistas as rodovias geram menos impactos do que as rodovias. No entanto, a prioridade dada ao transporte de cargas – principalmente de produtos para exportação –, mais lucrativo que o de passageiros, revela como o potencial social dos trens é subestimado no Brasil. Isso vai na contramão do que ocorre nos países europeus e mesmo na China, que acaba de inaugurar uma linha férrea de quase 5 mil quilômetros.

Do ponto de vista ambiental, o asfalto também perde para as hidrovias, apesar do impacto considerável da implantação de novas vias navegáveis. O Brasil tem 10 mil quilômetros de hidrovias em operação, por onde são transportados 45 milhões de toneladas de cargas ao ano, sobretudo minérios, grãos, fertilizantes e combustíveis. De acordo com relatório da Abdib, seria necessário R\$ 1,8 bilhão em investimentos para tornar trafegáveis mais 18 mil quilômetros, o que elevaria a capacidade de transporte para 120 milhões de toneladas anuais.

Um dos projetos para ampliar as vias navegáveis é a Hidrovia Paraguai-Paraná, que prevê obras de dragagem e sinalização para a implantação de um canal de navegação entre Corumbá (Brasil) e Santa Fé (Argentina), passando pelo Canal Tamengo (Bolívia). As obras têm

como invasões de faixa de domínio, passagens de nível irregulares e gargalos físicos e operacionais. Se os recursos forem de fato investidos, a participação das ferrovias na matriz de transporte, estima a

A INTEGRAÇÃO FÍSICA DA AMÉRICA DO SUL É PREVISTA DESDE 2000, MAS O GOVERNO SÓ ABRIU À CONSULTA PÚBLICA NO ANO PASSADO



FORA DOS TRILHOS

As ferrovias devem receber R\$ 15 bilhões nos próximos quatro anos e aumentar a participação na matriz de transportes, mas os investimentos são destinados quase exclusivamente ao transporte de mercadorias

IGOR PESSOA



como objetivo permitir a navegação de comboios de até 20 barcaças, reduzindo o custo do transporte para a exportação de grãos do Centro-Oeste e de minérios.

Os ambientalistas temem que a hidrovia incentive a expansão da fronteira agrícola sobre o Pantanal Mato-Grossense e o Cerrado, além de causar impactos socioambientais às comunidades indígenas e ribeirinhas, que vivem na área de influência do projeto.

A Hidrovia Paraguai-Paraná é um dos dez eixos de integração e desenvolvimento da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Trata-se de uma agenda de prioridades, negociada entre os governos dos 12 países da América do Sul desde 2000 para garantir a integração física da região, tendo como base a realização de obras de infra-estrutura. Todas decididas sem a participação das comunidades envolvidas. O governo brasileiro realizou consultas abertas à sociedade sobre a IIRSA somente no ano passado.

No entanto, até hoje os ambientalistas não sabem se os questionamentos feitos serão incorporados ao processo, que é financiado pelo BNDES. “A maioria dos projetos de infra-estrutura previstos pela IIRSA está

planejada para interconectar mercados internacionais, sem considerar a importância dos mercados locais e os impactos socioambientais dessas obras”, lamenta Elisângela Soldatelli Paim, do Núcleo Amigos da Terra/Brasil e uma das coordenadoras da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

A preocupação ambiental com todas as obras de infra-estrutura que o presidente Lula quer destravar é baseada em uma história de desrespeito aos limites dos ecossistemas. O Brasil, pródigo em riquezas naturais, também é o país onde empreendimentos são realizados até mesmo sem estudo de impacto ambiental.

Foi o caso do porto da Cargill, no Rio Tapajós, em Santarém (PA), alvo de diversos protestos do Greenpeace, que chegou a fazer, meses atrás, uma denúncia internacional apontando o local como porta de saída de soja produzida em áreas de desmatamento ilegal da Amazônia.

Dada a pressa em crescer, o presidente corre o risco de nem repetir a façanha desenvolvimentista de JK, diante das amarras da política econômica, nem implantar um modelo inovador e sustentável de desenvolvimento. A história dirá.

A SOJA PRODUZIDA em áreas de desmatamento ilegal na Amazônia tem saída fácil pelos portos. Foi o caso do porto da Cargill, alvo de denúncias do Greenpeace meses atrás



No apagar DAS LUZES

O PRIMEIRO MANDATO DO PRESIDENTE LULA CHEGA AO FIM SEM QUE O PAÍS TENHA ENCONTRADO FORMAS DE ATENDER À DEMANDA E, AO MESMO TEMPO, RESPEITAR OS LIMITES SOCIOAMBIENTAIS

... POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES

O projeto da Usina de Tijuco Alto no Rio Ribeira de Iguape, na divisa entre São Paulo e Paraná, é emblemático na polêmica em torno do papel do sistema elétrico no desenvolvimento econômico do Brasil. Empreendimento da Votorantim, a usina é considerada vital para o aumento da exportação do alumínio produzido pela fábrica do grupo localizada em Alumínio, na região de Sorocaba.

Para a empresa, as ONGs que combatem o projeto exageraram ao se posicionar contra a obra devido à avaliação de que ela inundará milhares de hectares de terras de povos tradicionais da região, como as 51 comunidades de quilombolas. As terras que seriam inundadas, segundo a Votorantim, somam 5,18 mil hectares.

Desconfiados, os quilombolas estão em pé de guerra contra a empresa e cobram do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a promessa de impedir a construção de hidrelétricas no Rio Ribeira, que teria sido feita durante

a campanha eleitoral de 2002 em visita ao quilombo tido como o mais antigo da região, o de Ivaporunduva, em Eldorado (SP). “Já que todos os outros rios estão estragados, pelo menos deixem esse preservado”, pede José Rodrigues da Silva, uma das principais lideranças de Ivaporunduva, em referência ao fato de o Ribeira ser o único rio federal sem barragens no Estado de São Paulo. Eles contam com aliados de peso, como o Instituto Socioambiental (ISA) e a Fundação SOS Mata Atlântica.

Tijuco Alto, com potência estimada de 144 megawatts (MW), é um bom exemplo da batalha feroz a ser travada entre o governo e o movimento ambientalista no segundo mandato do presidente Lula, empenhado em sinalizar ao setor privado e aos investidores externos que vai afastar a ameaça de um novo racionamento energético.

HAJA MEGAWATT

Para sustentar um crescimento anual médio de 4,2% do PIB entre 2006 e 2015, o Plano Decenal de Energia Elétrica (PDEE) projeta a necessidade de ampliar a oferta por volta de 40.000 MW no período. Cerca de um terço da potência adicional prevista pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que elaborou o plano, seria alcançado com os polêmicos projetos das hidrelétricas do complexo do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio, com 6.450 MW), em Rondônia, e de Belo Monte (5.500 MW), no Rio Xingu, no Pará, bem como da planta nuclear Angra 3 (1.309 MW), no Rio de Janeiro.

Pouco mais de 100.000 MW teriam de ser acrescentados ao sistema nos 15 anos seguintes, conforme a proposta preliminar do Plano Nacional de Energia 2030 — Estratégia para a Expansão da Oferta, apresentado em novembro pela EPE. A oferta da fonte hídrica aumentaria em 61.300 MW, mantendo as hidrelétricas responsáveis pela maior parte do abastecimento, mas com participação inferior à fatia atual de 75% na matriz elétrica. Outra novidade do plano, que abrange o período de 2016 a 2030, é a inclusão de quatro usinas nucleares no sistema elétrico, duas no Sudeste e duas no Nordeste, com capacidade de 1.000 MW cada uma.

Mas, a curto prazo, o quadro de oferta e demanda é preocupante, e o fantasma do apagão voltou a rondar as rodas de analistas do setor de energia. Para 2007 e 2008, quando a falta de gás nas usinas térmicas será mais significativa, o País terá de torcer para São Pedro ajudar os reservatórios das hidrelétricas.

O presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, declara que não há razões para o temor, pois a média de chuvas previstas para 2007 está 30% acima da média dos últimos 70 anos. No cenário desenhado pela EPE, a partir de 2009 haverá folga no abastecimento com a entrada

AS ALTERNATIVAS QUE HÁ VENTOS, SOL, BIOMASSA, PEQUENAS HIDRELÉTRICAS

O que cabe no conceito de desenvolvimento elétrico sustentável? Há uma larga concordância sobre a necessidade de ampliar o uso de fontes alternativas, como a energia eólica, particularmente no Nordeste e no Sul, onde há fartura de ventos. Contudo, até o momento os investimentos nessa fonte continuam reduzidos. A grande oportunidade para estimular a energia eólica é o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), lançado em 2002. Mas a exigência de nacionalização de 60% dos equipamentos emperra o programa. Hoje existe no Brasil apenas uma fábrica de equipamentos para a indústria eólica, e potenciais investidores se deslocaram para a China.

Laura Porto, diretora do Departamento de Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia (MME), diz que a pasta estuda uma solução para flexibilizar o cálculo do índice de nacionalização, bem como propostas para atrair a indústria eólica ao Brasil.

Ao lado das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas que, devido ao menor porte, teriam impactos socioambientais menores), a biomassa é outra das três fontes contempladas pelo Proinfa. O programa contratou, até outubro, 685 MW de energia, principalmente por meio da co-geração nas usinas de açúcar e álcool. Segundo a União da Agroindústria Canavieira (Unica), a potência instalada do parque co-gerador nas usinas paulistas é estimada em 5.000 MW, o que as torna auto-suficientes no consumo de energia elétrica. Seguem para o sistema elétrico 500 MW, ou 10% do total, informa Onório Kitayama, assessor de bioeletricidade da Unica.

A energia solar ainda é uma alternativa cara. Hoje, vale a pena usá-la somente em comunidades isoladas, sem conexão com o Sistema Interligado Nacional (SIN), ou para o aquecimento de chuveiros, o que depende de subsídios públicos para deslanchar.





NO RIO MADEIRA, o projeto de duas usinas prevê a geração de 6.450 MW ao custo de R\$ 20 bilhões. Mas quem pagará pela perturbação ao delicado equilíbrio da natureza e do homem na região?

diária no sistema de 24 milhões de metros cúbicos de gás explorados pela Petrobras nas bacias de Santos e Campos, e no Espírito Santo.

PIORA A QUALIDADE

Não é pequeno o desafio de aumentar a oferta de eletricidade para sustentar taxas anuais de crescimento superiores a 4% e, ao mesmo tempo, atenuar os impactos socioambientais que acompanham as ondas de desenvolvimento. Reconhecido por contar com uma matriz energética preponderantemente limpa, o Brasil emite sinais de que a hidreletricidade perderá espaço para as fontes de origem fóssil. A tendência surgiu claramente nos leilões de energia nova em 2005 e 2006.

No primeiro, em dezembro de 2005, as hidrelétricas representaram apenas 31% do total de 3.286 MW comercializados. Quase um quarto da energia nova ofertada, ou 790 MW, foi de usinas térmicas a carvão, a óleo combustível e a diesel, fontes altamente poluentes e emissoras de dióxido de carbono. A energia negociada estará disponível para o sistema entre 2008 e 2010.

“Além do risco da falta de energia e da certeza do au-

mento nos preços, há uma piora na qualidade da geração elétrica no País”, prevê Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE). Com a falta de gás, fontes mais “suja” ampliarão espaço no fornecimento elétrico. “O Brasil produzia eletricidade a baixo preço por meio de uma fonte limpa, que é a água. Isso sempre atraiu investidores ao setor de energia”, lembra Pires.

Por diferentes motivos, o Plano Decenal está sob fogo cerrado de ambientalistas e empresários. O que os une no momento é a crítica aos pilares da expansão da oferta, as usinas do Madeira e de Belo Monte e Angra 3, concebidos como projetos estruturantes no planejamento do governo.

“A vulnerabilidade desses projetos é grande. A única certeza é que o plano não vai acontecer desse jeito”, diz Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, que representa os 15 maiores investidores privados do sistema elétrico. Documento da entidade que analisa o PDEE assinala que, “ao privilegiar a construção de grandes projetos hidrelétricos e nucleares, o governo expõe parte significativa do incremento da oferta ao risco de impedimentos socioambientais e repetidos atrasos na consecução das obras”. Fazendo

NA CONTRAMÃO, O BRASIL DÁ SINAIS DE QUE SUA MATRIZ LIMPA ABRIRÁ ESPAÇO PARA FONTES FOSSEIS

coro com os ambientalistas, o instituto avalia que o elevado custo de tais projetos é um obstáculo à sua implementação.

Fora os gastos com transmissão, a construção das usinas Jirau e Santo Antônio poderá consumir perto de R\$ 20 bilhões, ou 25% dos investimentos previstos para a ampliação da capacidade de geração de 2009 a 2015 (R\$ 75 bilhões). Como os projetos se localizam em áreas de difícil acesso, os custos para conectar as usinas do Rio Madeira ao sistema interligado deverão chegar a aproximadamente R\$ 10 bilhões.

Além dos custos, as ONGs questionam a construção de grandes hidrelétricas na Amazônia por conta dos riscos ambientais associados à mudança no regime de cheias e secas e à reprodução dos peixes, sem contar efeitos sociais, a exemplo do deslocamento das populações ribeirinhas. “Temos de olhar para projetos de menor escala e menores impactos”, diz Marcelo Furtado, diretor de campanhas do Greenpeace. Do mesmo modo que os empresários, Furtado questiona a viabilidade econômica das usinas. “Só tem como fazer os dois projetos se for por meio de um investimento público, porque os custos finais são muito altos. Por isso Furnas está no projeto do Madeira, e a Eletronorte, no de Belo Monte.”

RETOMADA NUCLEAR

A questão nuclear é outro item controvertido da agenda do governo. Como não liberam gases de efeito estufa, as usinas nucleares reapareceram como opção de geração em vários países. Pires, do CBIEE, considera positivo retomar a construção de Angra 3, que produziria energia mais barata e limpa do que o óleo. “Quanto mais o País diversificar as fontes, menos crise de oferta teremos.” Contudo, a expansão nuclear é rechaçada pelas principais organizações ambientalistas, apoiadas por personalidades como o físico José Goldemberg, secretário estadual do Meio Ambiente de São Paulo, e Fabio Feldmann, secretário-executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas e Biodiversidade.

Para concluir Angra 3, o governo precisa investir US\$ 1,8 bilhão além dos US\$ 750 milhões gastos na aquisição de equipamentos. A potência prevista é de 1.309 MW, com custo de R\$ 138 por megawatt-hora (valor de junho de 2006), pouco abaixo do teto de R\$ 140 do leilão de energia nova de dezembro de 2005.

“A história do renascimento nuclear está forte na mídia, mas o único projeto novo é o reator da Finlândia, que tem problemas e ficou um bom tempo parado este ano”, assinala Furtado, do Greenpeace. Segundo ele, as usinas ainda são inseguras, geram resíduos e plutônio, perigosos à saúde humana e ao meio ambiente, além de oferecer

matéria-prima para a corrida armamentista.

A Eletronuclear garante que os rejeitos de Angra 3 serão armazenados de forma segura dentro da própria central nuclear ao longo da sua vida útil de 60 anos. Destaca, também, que o Brasil possui a sexta maior reserva de urânio do mundo, tendo prospectado apenas um terço de seu território, e domina todas as etapas de produção do combustível nuclear. De todo modo, a retomada da planta de Angra 3 depende de uma decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), no qual o Ministério do Meio Ambiente posiciona-se contra a medida, e do desdobramento de uma liminar judicial que suspendeu o licenciamento da usina em novembro.

LICENCIAMENTO SOB ATAQUE

O processo de licenciamento ambiental é uma das principais reclamações do setor privado contra o governo, ao lado de queixas sobre a falta de autonomia da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e de isonomia entre estatais e empresas privadas nos leilões de energia. Já os ambientalistas cerram fileiras contra as tentativas de flexibilização das leis ambientais para facilitar a aprovação de projetos como os do Rio Madeira e de Belo Monte.

O presidente botou mais lenha na fogueira ao dizer, em novembro, que “as questões dos índios, quilombolas, ambientalistas e Ministério Público travam o desenvol-

O PAPEL DAS HIDRELÉTRICAS PEQUENAS OU GRANDES, MELHORES QUE O CARVÃO

Entre as fontes renováveis, a hídrica apresenta maior viabilidade técnica e econômica, mas tem levado a desastres ambientais, como a inundação de mais de 2.500 hectares de mata primária de araucária pela Usina de Barra Grande na bacia do Rio Uruguai.

“É óbvio que o País precisa de energia para crescer. Mas queremos crescer com sustentabilidade, o que significa aumentar o número de PCHs e parques eólicos”, diz Marcelo Furtado, do Greenpeace.

Para o secretário-executivo do MMA, Cláudio Langone, não é consenso, a priori, que PCHs sejam melhores que usinas de maior porte. Ele cita o caso da bacia do Rio das Antas, no Rio Grande do Sul, em que a avaliação ambiental integrada considerou melhor implantar três hidrelétricas médias do que 15 PCHs que formariam uma escadaria prejudicial à reprodução dos peixes.

Para o físico José Goldemberg, a oposição às hidrelétricas levaria a um aumento da participação das fontes fósseis na matriz. “Não há solução perfeita. Não concordo com as ONGs quando combatem hidrelétricas na Amazônia de uma maneira indiscriminada.”

“Temos de trabalhar para reduzir a demanda até o limite do possível. Mas não há como evitar o aumento da participação das hidrelétricas na matriz”, admite Fabio Feldmann. Esse seria, segundo ele, um mal menor do que ampliar o parque nuclear e sujar a matriz elétrica com óleo e carvão.

vimento do País”. O discurso trouxe de volta a beligerância entre os “verdes” e Lula, que marcou o primeiro ano de seu governo e culminou com a saída do PT do deputado federal Fernando Gabeira.

Para o setor privado, no entanto, foi positiva a sinalização de Lula para remover barreiras que atravancam a ampliação do parque gerador. “Há uma série de ONGs e organismos internacionais que exercem influência nesse ambiente, induzindo a que novas exigências sejam feitas pelos órgãos responsáveis pela outorga das licenças”, diz Sales, do Instituto Acende Brasil. Ele cita o caso da usina de Estreito, no Rio Tocantins, que possui licença prévia (LP) desde abril de 2005, mas depende da licença de instalação (LI) para iniciar as obras. “Cada vez surge uma nova pendência, o tempo passa, e a usina não decola.”

Em uma verdadeira cruzada dentro do governo e junto à opinião pública, munido de tabelas e números, Cláudio Langone, secretário-executivo do MMA, diz que, no governo Lula, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) acelerou o processo de licenciamento ambiental de hidrelétricas.

Segundo ele, subiu de 125 no governo passado

AMBIENTALISTAS E INVESTIDORES CRITICAM O PILAR DA EXPANSÃO DA OFERTA, MAS DISCORDAM QUANTO AO LICENCIAMENTO

para 230, desde 2003, a média anual de licenciamentos aprovados pelo Ibama. No caso de hidrelétricas, foram licenciadas 21 usinas desde 2003, contra a média de uma por ano no governo tucano, diz Langone, acrescentando que, hoje, só quatro processos dependem unicamente da análise do Ibama: Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, Tijuco Alto, no Rio Ribeira de Iguape (Paraná e São Paulo), e Estreito, no Rio Tocantins.

Somadas, as quatro usinas poderão gerar 7.681 MW, o que representa 61% da potência de Itaipu (12.600 MW). O licenciamento de Estreito atrasou, segundo o Ibama, porque a Fundação Nacional do Índio solicitou estudos etno-ambientais sobre as populações indígenas que vivem na área de influência da hidrelétrica. A LI para Estreito estava prevista para ser concedida em dezembro.

Seis hidrelétricas não começaram a ser construídas por responsabilidade dos empreendedores, diz Langone. Planejadas para gerar conjuntamente 1.072 MW, três receberam a LI, que autoriza o início das obras: Serra do Facão, no Rio Tocantins, Foz do Chapecó, no Uruguai, e Salto do Cafesoca, no Oiapoque. Outras três receberam

RACIONALIZAR É MAIS QUE PRECISO

ESTUDO MOSTRA QUE, COM EFICIÊNCIA, É POSSÍVEL REDUZIR O CONSUMO DE ENERGIA EM 38%

Os ambientalistas já não concentram suas propostas somente no desenvolvimento de fontes alternativas. Ganha espaço nas ONGs mais envolvidas com energia o papel da conservação e das medidas de eficiência.

De acordo com a Agenda Elétrica Sustentável, lançada em setembro pelo WWF e pela Unicamp, seria possível reduzir em 38% o consumo de energia elétrica no Brasil até 2020 se fossem adotadas iniciativas mais ambiciosas contra o desperdício e em prol da eficiência por meio de modernização e repotenciação das usinas.

Embora considere exagerada a projeção de queda de 38% no consumo, José Goldemberg elogia o estudo por mostrar que é factível racionalizar o sistema elétrico. Ele alerta que a implementação do programa esbarra em dificuldades de ordem gerencial e financeira. “Conservação de energia como a proposta no estudo é algo muito mais descentralizado e pulverizado do que fazer uma grande obra”, assinala.

Em julho último, o BNDES lançou o Proesco, programa para financiar o uso eficiente de energia destinado aos usuários finais e às empresas de serviços de conservação de energia, conhecidas como Escos.

Até então, medidas de eficiência restringiam-se ao Programa Nacional de Conservação de Energia (Procel) e ao Programa de Eficiência Energética monitorado pela Aneel, que obriga as distribuidoras a aplicar ao menos 0,25% de sua receita líquida em iniciativas contra o desperdício. Nas duas últimas décadas, o Procel promoveu uma economia correspondente ao consumo de quase 13 milhões de residências.

Mas as perdas não se resumem à distribuição; espalham-se por todo o sistema. Foi o que levou a ONG Vitae Civilis a propor ao ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau, a criação de um programa nacional de ranqueamento das fases de geração, transmissão e distribuição, que classifique as empresas pela eficiência de sua operação. As mais ineficientes teriam acesso limitado ao crédito, diz Marcio Vilela, pesquisador de energia e mudanças do clima da Vitae Civilis.

Furnas está investindo cerca de R\$ 850 milhões na modernização de três usinas na bacia do Rio Grande, entre Minas Gerais e São Paulo. Com a troca de turbinas, que termina em 2010, estenderão sua vida útil por mais 40 anos. O investimento representa menos de um quinto do montante necessário para construir usinas com a mesma potência.



IGOR PESSOA

a LP, que garante a viabilidade da obra e permite a participação das usinas nos leilões de energia nova.

“Reconheço que o processo de licenciamento ficou mais ágil neste governo, mas ainda é lento”, diz Miguel Saad, vice-presidente de geração da CPFL Energia, detentora de 51% das ações da Usina Foz do Chapecó, que vai gerar 855 MW. Segundo Saad, o atraso nas obras da usina, que obteve sua LI em setembro de 2004, deveu-se a um rearranjo societário com a saída da Companhia Vale do Rio Doce do grupo controlador do projeto, substituída por Furnas. O Ibama previa conceder a LI da Foz do Chapecó em dezembro de 2006.

LUZ NO FIM DO TÚNEL

Apesar da tensão entre a área ambiental e o setor privado, parece haver luzes no fim do túnel. O MMA opera uma agenda que, se bem-sucedida, acelerará o processo das outorgas sem mudar os pilares da legislação ambiental. A preservação dessas pilastras legais é vital para o governo estancar o tiroteio desferido pelas ONGs com base nos rumores de que o presidente estaria patrocinando a elaboração de uma medida provisória que excluiria grandes obras estratégicas do processo convencional de licenciamento.

Langone nega qualquer maquinação nesse sentido. Segundo ele, o que está em discussão com Lula e Dilma

Rousseff, ministra da Casa Civil, é um procedimento para elaborar um projeto de lei complementar ao artigo 23 da Constituição, regulamentando as competências da União, dos estados e dos municípios no processo de licenciamento ambiental. Proposto pelo MMA, o projeto visa distribuir de forma mais clara a incumbência de cada um, conforme o impacto ambiental do empreendimento: alto (que ficaria sob a responsabilidade do Ibama), médio (estados) e pequeno (municípios).

Com a aprovação do projeto, os estados seriam desafogados de milhares de pedidos de licença ambiental para pequenos negócios. O MMA estima que 60% a 70% das 100 mil licenças expedidas em média por ano pelos estados seriam classificadas como de impacto local. Resta saber se as milhares de prefeituras contarão com recursos financeiros e apoio técnico para analisar os pedidos.

Também estão em estudo outras medidas para agilizar o licenciamento, como a avaliação dos impactos sociais das hidrelétricas já no início do processo de tomada de decisão do empreendimento. “Estoura no licenciamento um monte de coisas que não são ambientais, e viramos um juizado de pequenas causas entre empreendedor e atingidos”, lamenta Langone. Segundo ele, 70% dos gastos para mitigar impactos são relativos a questões sociais, mas quem paga o pato é o meio ambiente. ■

AS USINAS previstas para os rios Madeira, Ribeira de Iguape e Tocantins, juntas, poderão gerar o equivalente a 61% da potência de Itaipu (acima)

aponte

O dilema AGROPECUÁRIO

RESPONSÁVEL POR 33% DO PIB, A CADEIA DO AGRONEGÓCIO ESTÁ NO CENTRO DO DESAFIO ATUAL: AUMENTAR A PRODUÇÃO, PRESERVAR BIOMAS E GARANTIR A QUALIDADE DE VIDA NO CAMPO

✦ POR RODRIGO SQUIZATO



Quem quiser ver o Produto Interno Bruto (PIB) crescer no Brasil dificilmente vai deixar de olhar para o agronegócio. Por si só, as atividades agropecuárias respondem por 10% do PIB, mas, devido à influência em segmentos como a agroindústria, o comércio exterior e os serviços, a cadeia do agronegócio movimentava 33% da economia do País. O setor é, portanto, fundamental para qualquer meta estabelecida para o produto nacional.

Pela projeção da consultoria Tendências, o PIB deve crescer 3,2% em 2007 e a agropecuária, apenas 2%. Ou seja, para a nação alcançar o objetivo de crescer 5% ao ano, o campo precisaria apresentar maior rendimento. Resta saber quais serão os custos ambientais consumidos na ampliação, prevista ou almejada, e como serão repartidos os benefícios — dois elementos que, apesar da importância para qualificar o crescimento, não entram na conta do PIB. Só assim seria possível ter uma visão global do que significa a meta desenhada pelo presidente.

Um mero prato de bife com arroz é um ótimo alimento também para o efeito estufa, que causa o fenômeno das mudanças climáticas. A agricultura e a pecuária são apontadas como responsáveis por 55% do metano lançado na atmosfera em consequência das atividades humanas, segundo levantamento da ONU. Destacam-se a criação de animais, com 30% do total, e o cultivo de arroz inundado, com 16%. A agropecuária também é a principal emissora de óxido nitroso, outro

gás de efeito estufa. Neste caso, a maior fonte são os solos cultivados. Além disso, as mudanças no uso do solo e o desmatamento são responsáveis por 75% das emissões brasileiras de gases de efeito estufa.

Mesmo sem considerar as recentes previsões de prejuízos para a economia mundial devido ao aquecimento global, o grande problema para a sociedade é encontrar o delicado equilíbrio entre a conservação do meio ambiente e a oferta de alimentos, duas variáveis fundamentais para o bem-estar da humanidade. Desafio que só aumenta com a perspectiva de crescimento da população mundial no ritmo de quase 1 bilhão de pessoas por década até 2050.

Na agricultura, será necessário aumentar a produção com o menor impacto socioambiental possível, ao mesmo tempo que se preservam biomas e se recuperam áreas degradadas. O caminho, portanto, é aumentar a produtividade por unidade de área.

A BOA NOTÍCIA É QUE OS AVANÇOS TÉCNICOS PERMITEM AUMENTAR A PRODUÇÃO SEM EXPANDIR A ÁREA PLANTADA

tanto, é aumentar a produtividade por unidade de área.

PRODUTIVIDADE ACELERADA

A boa notícia é que, apesar do debate acalorado entre empresários do agronegócio e organizações ambientalistas, o avanço técnico trouxe impactos positivos para o Brasil. Entre 1990 e 2003, a produção de grãos cresceu 131%, com um aumento da área plantada de apenas 16%. Ou seja, uma expansão de 85% da produtividade. Hoje, essas lavouras ocupam 45 milhões de hectares.

O levantamento de intenção de plantio, feito pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em novembro, mostra que a área plantada no Brasil deve recuar entre 3,1% e 4,8% em 2007, mas a perspectiva é de safra praticamente estável em relação ao ano passado, em torno de 119 milhões de toneladas de grãos.

No lado da pecuária, ainda se pode avançar. A produção de suínos cresceu 173% de 1990 a 2003, e a de frango, impressionantes 234% — superando, em toneladas, a criação de bovinos, que aumentou apenas 85%. Boa parte dos grãos cultivados Brasil a fora serve à criação de aves e porcos, pois o farelo representa a principal fonte de alimentação para animais criados intensivamente.

No total, 207 milhões de bovinos ocupam mais de 200 milhões de hectares de pastagens no território nacional. Pela tecnologia disponível atualmente, seria possível usar apenas a metade da área para engordar a mesma quantidade de gado.

As melhores técnicas para aumentar a produtividade das lavouras — representadas pela agricultura intensiva, com altos índices de utilização de agrotóxicos, grandes

O DESMATAMENTO para a criação de gado é a principal ameaça à mata nativa e causa de outros danos como erosão, assoreamento e desertificação



FOTOS: IGOR PESSOA

escalas e mecanização — são também as mais impactantes para o meio ambiente. Tecnologias menos agressivas, como a agricultura orgânica, não registram as mesmas taxas de produtividade, requerem áreas maiores e, em larga escala, causariam pressão sobre vegetações nativas.

O fortalecimento da agricultura familiar orgânica é visto como possível solução para dois pontos sensíveis na área social, decorrentes da expansão da agropecuária: a manutenção da população no campo e a melhoria da qualidade de vida rural.

O dilema entre aumento da produção e impactos socioambientais continuará indefinidamente. Além de ser um setor importante para a economia nacional, o Brasil é visto como o grande celeiro do mundo. A história recente, entretanto, pode ajudar a compreender os caminhos a trilhar.

IMPACTO SOCIOAMBIENTAL

O forte desempenho econômico do setor nos últimos anos teve reflexos nas áreas social e ambiental. Maior produtora de soja do País segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade de

Sorriso, em Mato Grosso, registrou aumento no Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH-M) de 0,742 em 1990 para 0,824 em 2000 (*leia reportagem sobre indicadores à pág. 20*). Houve avanços significativos nos quesitos longevidade e educação. Atualmente, a chamada “capital da soja” tem o melhor índice do estado e o mesmo de Londrina (PR).

Em Lucas do Rio Verde, vizinha a Sorriso e maior produtora de milho do País, uma aplicação ilegal de agrotóxico com avião no início deste ano atingiu a área urbana, causou estragos em árvores, no Horto Municipal e gerou a suspeita de contaminação da água, posteriormente descartada.

As lavouras também sofreram os efeitos do acidente.

O modelo de agricultura intensiva praticado em Sorriso, Lucas do Rio Verde e tantos outros municípios aumentou consideravelmente o uso de agrotóxicos, o que eleva o risco de contaminação de águas superficiais e subterrâneas, bem como de seres humanos e animais silvestres. De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, da Fundação Oswaldo Cruz, em 2003 foram registrados no País 4.760

OS AGROTÓXICOS AUMENTAM A PRODUTIVIDADE, MAS CONTAMINAM QUASE CINCO MIL PESSOAS POR ANO NO PAÍS

MATO ADENTRO. Enquanto toda a produção agrícola ocupa cerca de 60 milhões de hectares, as pastagens passam dos 200 milhões de hectares. Em Tocantins, avançam nas áreas onde só restaram os babaçus

casos de intoxicação por agrotóxicos agrícolas e produtos veterinários, descontados os cerca de 2.479 casos de tentativa de homicídio e suicídio com o uso desses mesmos compostos.

Embora o desempenho do agronegócio esteja intimamente ligado às oscilações do PIB, dados recentes mostram que o desmatamento não apresenta correlação direta com a economia, como já ocorreu em décadas passadas, segundo Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Entre as razões para tal mudança estão a imensa área natural já desmatada, o aumento da produtividade e, principalmente na Amazônia, o controle mais efetivo do governo.

Mas há impactos além do desmatamento. Hoje o Brasil é líder mundial na exportação de carne bovina, frango, soja, café, laranja, açúcar e álcool. Setores que, ao lado de culturas como o milho, o algodão e o arroz, causam — em menor ou maior grau — degradação do solo e da qualidade da água e perda de biodiversidade. Nos dois biomas que abrigam as principais fronteiras agrícolas, os impactos são diferentes. Na Floresta Amazônica, a criação de gado de corte é o maior problema. No Cerrado, a pressão vem das plantações de grãos.

O Cerrado e a Amazônia perderam, respectivamente, 80% e 20% da cobertura original. Embora a floresta chame mais a atenção da opinião pública, tudo indica que as áreas que dominam o Centro-Oeste e boa parte do Sudeste e Nordeste é que sofrerão os maiores impactos em relação à expansão da agricultura.

Imagens de satélite dos estados de São Paulo e Mato Grosso mostram a recuperação da cobertura florestal, sobretudo das áreas exigidas por lei e das matas ciliares. Segundo o diretor da Embrapa Monitoramento por Satélite, Evaristo Eduardo de Miranda, isso ocorre principalmente em áreas impróprias para a agropecuária e devido à crescente pressão ambiental sobre o setor.

GADO ESPAÇOSO

A criação de gado é caracterizada pela baixa produtividade, com menos de uma cabeça de boi por hectare, e pelo avanço incessante sobre a floresta em busca de novas pastagens. Já as principais culturas de grãos, com destaque para a soja, usam métodos de alto rendimento — entre os mais elevados do mundo —, mas são intensivas no uso de capital, tecnologia e recursos naturais.

O Cerrado, até a década de 1960, apresentava alto grau de conservação. A construção de Brasília, o conhecimento científico sobre a região — que abarca 24% do território nacional — e o desenvolvimento de tecnologias agrícolas pela Embrapa Cerrados levaram à intensa exploração que, paradoxalmente, foi batizada de Revolução

NO CERRADO, a maior pressão vem da plantaçõ de grãos, mas a expansão do algodão também causa impactos no solo, água e na biodiversidade

Verde. Quase a totalidade dos 90 milhões de hectares de áreas agricultáveis apontados como disponíveis no Brasil hoje estão no Cerrado.

As soluções para harmonizar meio ambiente com produção agropecuária devem levar em conta as características produtivas de cada região. Um bom exemplo das diferenças pode ser observado nas técnicas de pecuária do Cerrado e da Amazônia.

Estudo realizado pelo pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (Procam) da Universidade de São Paulo (USP), Rafael Feltran-Barbieri, identificou as razões pelas quais alguns fazendeiros ainda mantêm áreas de Cerrado preservadas: o respeito à reserva legal; a existência de terras impróprias para o cultivo; a manutenção de estoque de solo com cobertura vegetal para ser usado em momentos de expansão; e o manejo para melhor conservação da terra.

Dessas razões, apenas duas não devem se alterar ao longo do tempo, nota Feltran-Barbieri: reserva legal e terras impróprias. As áreas preservadas por outros motivos, seriam usadas à medida que aumentarem as necessidades produtivas das fazendas.

Nas 77 propriedades estudadas pelo pesquisador no entorno do Parque Nacional das Emas, em Goiás, apenas 20% respeitam a reserva legal, correspondente a 20% da área das propriedades na região.

Ao contrário do que ocorre no entorno do Parque das Emas, onde a maioria dos proprietários não mantém nem mesmo a reserva legal, na Amazônia a criação de uma unidade de conservação (UC) reduz em 30% o desmatamento no entorno, segundo Paulo Barreto, pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), uma das justificativas é o aumento da fiscalização em áreas próximas às UCs.

No Cerrado, assim como na Amazônia, a principal



FOTOS: IORR PESSOA



atividade precursora do desmatamento é a pecuária. Porém, devido às diferenças da cobertura vegetal e dos métodos de desflorestamento, o impacto não é tão grande quanto na floresta tropical. Feltran-Barbieri indica em seu estudo que a biodiversidade do Cerrado preservada nas pastagens é maior do que nas lavouras de grãos, que precisam de terra “limpa” para a mecanização.

Uma saída para a abertura de novas áreas de pastagens é o sistema lavoura-pecuária, visto por especialistas da área, entre eles Glauco Carvalho, também da Embrapa Monitoramento por Satélite, como uma forma eficiente de reduzir a degradação e aumentar a produtividade do solo e da criação de bovinos.

Divide-se a área da propriedade e, enquanto os animais pastam em um piquete, em outro planta-se em consórcio uma cultura — de preferência leguminosa para nitrogenar o solo — e, ao mesmo tempo, mas em nível mais profundo, capim. Na época da colheita, o capim já brotou e, após um mês, está pronto para receber o gado. Dessa forma é possível ter até duas cabeças de gado por hectare e aumentar o lucro da propriedade com a venda dos grãos ou seu uso como ração. Mas a técnica ainda esbarra em barreiras culturais e financeiras.

RENDA NO CAMPO

Do lado social, um dos desafios é evitar o êxodo rural. “A média de idade do agricultor é de 54 anos, e só haverá interesse da nova geração em continuar no campo com renda maior e qualidade de vida”, diz Leonildo Moreira, presidente da Federação das Associações dos Produtores Rurais de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo.

Para o consultor José Carlos Pedreira de Freitas, a solução passa pelo fortalecimento da agricultura familiar orgânica. Para isso, segundo ele, é preciso tornar os agricultores mais competitivos, incluindo os que hoje não têm acesso ao sistema de financiamento, levar a assessoria agropecuária oficial até a pequena propriedade e ajudá-los a colocar seu produto no mercado.

Por fim, é preciso estruturar a organização do trabalho e a cooperação entre os pequenos produtores para que obtenham parte dos ganhos de escala conseguidos pelas grandes propriedades, como melhores preços de insumos e condições de negociação da produção.

O Programa de Microbacias da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, realiza algo próximo disso desde 2000. Reunidos em

associações de produtores rurais, os agricultores decidem coletivamente, com o apoio de técnicos, quais as melhores medidas para aumentar a produtividade. Em algumas regiões, o passo inicial foi o controle de erosão e a preservação de mananciais.

A UNIÃO FAZ A FORÇA

Os 8.500 agricultores atendidos unem-se na hora de comprar insumos e vender a produção, assim obtendo condições mais vantajosas e aumentando a renda. O programa também fornece apoio financeiro para a compra de implementos e equipamentos.

O coordenador da Cati, José Carlos Rossetti, gosta de dar o exemplo do leite. “A pecuária leiteira é a nova fronteira agrícola de São Paulo”, avalia. Trata-se de uma área de expansão às avessas. Os dados da Cati revelam que a produção de leite dobrou, enquanto a área de pastagem foi reduzida à metade. O ganho de produtividade abriu espaço para a recuperação de cobertura vegetal, em especial de matas ciliares, explica Rossetti.

A experiência paulista demonstra que a participação do governo pode ser decisiva no incentivo ao aumento da produtividade e para reduzir o impacto ambiental. Com objetivo similar, a Embrapa Monitoramento por Satélite desenvolve o Sistema de Gestão Territorial para auxiliar na definição de políticas públicas. Os dados coletados por satélite, complementados por informações econômicas e sociais, ajudam os gestores públicos a determinar as áreas mais apropriadas para cada cultura dentro de um estado, por exemplo. Com a ferramenta em mãos, explica Evaristo de Miranda, é possível definir estratégias de incentivo regional e facilitar a cooperação entre agricultores.

As políticas de incentivo à produtividade e o uso correto do solo são fundamentais para superar os obstáculos impostos pelo binômio agropecuária-desmatamento. Mas precisam ser complementadas por um sistema eficiente de controle e fiscalização ambiental.

Nos últimos anos, o número de autuações teve impacto significativo sobre o desmatamento. Porém, apenas 2% a 3% das multas são efetivamente pagas. Essa triste figura levou o Imazon a uma conclusão *sui generis*. “É melhor reduzir a fiscalização, para concentrá-la nos grandes responsáveis, e melhorar os mecanismos de cobrança”, afirma Paulo Barreto.

Um dado que embasa a tese é o de que apenas 16% das multas aplicadas correspondem a 84% do valor total



CADA CULTURA EM SEU LUGAR

A parceria entre a Embrapa e o Mapa, para desenvolver o Sistema de Gestão Territorial, pretende indicar as áreas mais propícias a cada cultura e permitir a aplicação de políticas públicas que tenham como objetivo o aumento de produtividade

O SISTEMA DE LAVOURA-PECUÁRIA PODE DOBRAR O NÚMERO DE BOIS POR HECTARE, MAS REQUER MUDANÇA CULTURAL E SUPORTE FINANCEIRO

tal. Com objetivo similar, a Embrapa Monitoramento por Satélite desenvolve o Sistema de Gestão Territorial para auxiliar na definição de políticas públicas. Os dados coletados por satélite, complementados por informações

IGOR PESSOA



das penalidades. “Temos na Amazônia uma madeireira japonesa com mais de 100 multas, no valor de cerca de R\$ 2 milhões, que não paga nem pára de desmatar”, diz.

MENOS FISCALIZAÇÃO

Na opinião de Barreto, seria melhor concentrar a fiscalização em operações integradas entre diversos órgãos do governo, como a denominada Operação Curupira, realizada em junho de 2005, que desmantelou uma quadrilha de madeireiros, despachantes e funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso (Fema).

Outro ponto sensível para a preservação ambiental são as atividades florestais. A aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas (4.776/2005) abriu caminho para a concessão de serviços florestais, que se apresenta como alternativa econômica em áreas de vegetação nativa.

No entanto, ainda existem pontos indefinidos. Um deles é a regularização fundiária para áreas individuais maiores de 100 hectares — o que contraria a legislação — em um total de 32 milhões de hectares na Amazônia. Pela legislação anterior ao Plano de Combate ao Desmatamento e à Lei de Florestas Públicas, os posseiros podiam pedir o registro de terras com até 100 hectares. No caso dessa imensa área, o Incra aceitou

pedidos relativos a até 2.500 hectares.

A regularização fundiária é fundamental. Sem ela, o Serviço Florestal Brasileiro não pode outorgar a concessão de terras em litígio. Ou seja, para que a área — equivalente a 71% das terras cultivadas com grãos — seja explorada de maneira sustentável, é necessário separar o público do privado.

Avantagem do sistema de concessão é que ele permitiria o investimento produtivo de empresas para manter a floresta em pé. A lei prevê, inclusive, a concessão em três tamanhos distintos para garantir a participação de pequenos agricultores e empresários. É necessário construir também a transição entre o modelo antigo e o novo para que os agentes tenham condições de se adequar.

O arsenal de medidas de incentivo, controle e fiscalização está bem fornido, mas boa parte das ferramentas existentes precisa ser complementada por ações do Executivo ou do Legislativo para se tornar instrumento prático. Em um setor tão importante da economia, o governo faria bem em acelerar esses projetos.

Caso contrário, pode chegar ao final do segundo mandato reclamando de entraves ambientais ao crescimento do setor agropecuário. Ou, pior, ouvir críticas de que o meio ambiente recebeu o mesmo tratamento dispensado aos desejos de crescimento econômico: um discurso otimista, promissor, mas inócuo. ■

AS POLÍTICAS de incentivo à produtividade, o uso correto do solo e medidas de controle e fiscalização podem superar os obstáculos do binômio agropecuária-desmatamento

...**POR** FABIO COLOMBINI
Ágata-olho. Ribeirão Claro, Paraná (MUGEO-USP).





Conservacionistas INSUSPETADOS

✦ POR MARINA T. CAMPOS E DANIEL NEPSTAD

As organizações internacionais de conservação têm papel crucial na preservação dos ecossistemas ao redor do mundo e contribuíram para a criação de centenas de parques, reservas biológicas e outras áreas protegidas nas fronteiras agrícolas que se expandem em direção às florestas tropicais. Entretanto, o próximo passo no paradigma da conservação tropical é encontrar maneiras de atuar em paisagens em conflito — um desafio que exigirá novas alianças e avanço científico. Um poderoso parceiro para essas organizações na Amazônia podem ser os agricultores familiares.

As margens das áreas protegidas constituem linhas de batalha entre as atividades econômicas que substituem a floresta, como a agricultura e as pastagens, e os ambientalistas que defendem os interesses públicos nos ecossistemas nativos. Ainda assim, considerações econômicas — como o baixo preço da terra — e a aversão ao risco levaram a uma situação pouco usual: a maior parte das áreas protegidas (com exceção das terras indígenas) está distante das atividades humanas mais destrutivas e, por isso, seu efeito sobre tais atividades pode ser mínimo.

Sem um novo pacto, parece que as maiores florestas tropicais do mundo terão o mesmo destino das florestas temperadas que caíram ao longo dos últimos quatro séculos: resistirão apenas em paisagens remotas, rochosas e montanhosas, onde os custos de oportunidade de excluir a expansão agrícola e a atividade madeireira são baixos.

Uma das mais importantes conquistas da última década na Amazônia — a criação de 5 milhões de hectares de reservas florestais na disputada região central do Pará, entre novembro de 2004 e março de 2005 — mostra

que talvez esse destino não esteja selado. Com a criação das reservas, o Pará e o Mato Grosso passaram a deter o maior mosaico de áreas protegidas de floresta tropical do mundo, com 23 milhões de hectares — mais de quatro vezes o tamanho da Costa Rica — de terras indígenas, reservas extrativistas e biológicas e florestas nacionais.

A adição ao mosaico decorreu da iniciativa de agricultores familiares que começaram a se instalar ao longo da Rodovia Transamazônica nos anos 70, atraídos pelas promessas do governo de obtenção de terra, incentivos, assistência técnica, escolas e outros serviços. Muitos vieram dos estados agrícolas do Sul — Paraná e Rio Grande do Sul —, onde haviam se organizado contra a expansão agroindustrial e a concentração de terra.



PENSANDO REGIONALMENTE

Diante do fato de que as promessas não se materializaram, eles formaram em meados dos anos 80 o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), para angariar apoio aos esforços de manter a rodovia — ainda não pavimentada — trafegável. A Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base, ajudou a construir uma “maneira regional de pensar”, promovendo a ligação entre os agricultores de várias localidades ao longo da rodovia que enfrentavam problemas semelhantes.

Depois de várias vitórias, incluindo a criação de uma linha especial de crédito para os pequenos proprietários, o FNO Especial (um braço do Fundo Constitucional da Região Norte), o MPST transformou-se no Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX), no início da década de 90, e ampliou sua agenda para tentar conciliar o desenvolvimento econômico rural com a conservação florestal. Representando 20 mil famílias agricultoras e mais de 110 organizações de base, essa instituição guarda-chuva lançou, no fim dos anos 90, uma iniciativa de planejamento regional que incluía a criação de duas grandes reservas.

A proposta era explicada pelo líder Ademir Federic-



MILHÕES NA FRONTEIRA

Os produtores rurais, muitos vindos do Sul nos anos 70, hoje são cerca de 3 milhões ao longo da Transamazônica, mais de seis vezes o número de indivíduos de povos tradicionais e indígenas. Vivem em regiões de conflito e buscam uma “conservação produtiva”

ci, o “Dema”, como um meio de garantir que a chuva continuasse a nutrir as lavouras e as florestas da região. Mas havia uma segunda intenção: garantir zonas-tampão (*buffer zones*) contra a agitação social e a violência que acompanhava a especulação de terra vinda do Sul, de São Félix do Xingu e de outros centros de criação de gado, e ameaçava as comunidades agrícolas ao longo da Rodovia Transamazônica.

MOSAICO PRECURSOR

O governo brasileiro aceitou a proposta do MDTX de criar um enorme mosaico de reservas ao longo da rodovia e comissionou o Instituto Socioambiental (ISA), uma organização não governamental, para estudar a melhor forma de desenhar uma das reservas: a Terra do Meio entre os rios Baixo Xingu e Tocantins, no Pará.

O ISA juntou forças com outras ONGs, como o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), a Environmental Defense, o Greenpeace e o Woods Hole Research Center, para desenhar o mosaico. A proposta resultante foi incorporada ao processo de planejamento regional — liderado pelas ONGs — para o asfaltamento da BR-163, também reconhecido e adotado pelo governo.

OS AGRICULTORES FAMILIARES PODEM AJUDAR A EVITAR QUE FLORESTAS TROPICAIS ACABEM COMO AS TEMPERADAS

ELES TÊM ÊXITO POLÍTICO, SE OPÕEM À EXTRAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA E À CONCENTRAÇÃO DA TERRA

Em novembro de 2004, foi anunciada a criação de duas reservas extrativistas na Transamazônica, com um total de 2 milhões de hectares. O governo se preparava para declarar a criação dos componentes adicionais do complexo de reservas da Terra do Meio, quando a freira americana Dorothy Stang, de 73 anos, foi assassinada. Ativista de direitos humanos e fundiários, ela atuava há mais de 30 anos ao longo da Transamazônica.

A REPERCUSSÃO DE DOROTHY

Em resposta à reação internacional, o governo rapidamente anunciou a criação de mais 3 milhões de hectares de reservas em fevereiro de 2005 e enviou 2 mil soldados à região, para restaurar a ordem. Durante o processo, os líderes do MDTX visitaram os vilarejos e as comunidades ao longo da rodovia para angariar o apoio de governos locais e de indústrias à criação das novas reservas e, ao mesmo tempo, pedir a investigação rápida e a condenação dos assassinos de Dorothy Stang.

Os eventos que se seguiram ao assassinato não impediram a criação das reservas. A oeste da Terra do Meio, o anúncio de que o governo planejava asfaltar a BR-163 estimulou a especulação com a terra e a violência associada a ela. Um decreto presidencial em seguida estabeleceu uma moratória na concessão de títulos de terra e permissões para extração de madeira em uma área de 14,6 milhões de hectares ao longo da rodovia, o que acabou com a especulação da noite para o dia.

Agora, grande parte da região é considerada para a criação de áreas protegidas. A formidável aliança de organizações que lutam pelos direitos humanos e fundiários com instituições dedicadas à conservação ambiental tem vários precedentes, especialmente na Amazônia.

O núcleo do mosaico de áreas protegidas no Pará e Mato Grosso é formado por uma rede de terras indígenas resultante de uma aliança entre conservacionistas e povos indígenas que data da década de 60. Além disso, a Amazônia brasileira tem mais de 5 milhões de hectares de reservas extrativistas — áreas protegidas que permitem aos seus habitantes tradicionais continuar tirando a sobrevivência da região — que resultaram do movimento independente dos seringueiros liderado por Chico Mendes, assassinado em 1988.

Os agricultores familiares da Transamazônica representam, entretanto, uma novidade em relação às alianças

anteriores entre movimentos sociais e ambientais. Eles sempre foram considerados vilões ou vítimas da floresta. Comparados a grupos indígenas e de seringueiros, são novatos na Amazônia, têm menos conhecimento do ambiente da floresta e não podem demandar vastos territórios como terras ancestrais.

CONHECIMENTO E CRIATIVIDADE

São mais de 3 milhões de pessoas que ocupam as fronteiras agrícolas da região, mais de seis vezes o número de indivíduos que compõem povos indígenas e comunidades tradicionais. O papel desses agricultores na conservação ambiental não decorre da sustentabilidade dos usos que fazem dos recursos naturais em si, mas de um conhecimento ambiental mais amplo e de suas propostas e criatividade política para fazer avançar o desenvolvimento sustentável e a conservação em escala regional.

Embora sejam vistos como vilões porque cortam a floresta para plantar e criar gado, as conquistas na Terra do Meio demonstram sua eficácia no âmbito da conservação. Suas estratégias compreendem uma nova forma



de controle ambiental e dos recursos que os habitantes da floresta estão adotando em resposta às crescentes pressões e ameaças ao seu modo de vida.

O poder dos pequenos agricultores na Amazônia emerge, em parte, de seu sucesso em ocupar cargos políticos estratégicos. Hoje, o MDTX conta com três prefeitos e dois deputados, um estadual e um federal. O êxito político e a oposição do movimento à extração ilegal de madeira, à concessão fraudulenta de títulos de terra e à concentração da terra nas mãos de detentores ausentes ajudaram os agricultores a superar pressões consideráveis, às vezes violentas, vindas das elites políticas e econômicas locais.

Três líderes de base envolvidos na criação das reservas, inclusive Dema, foram mortos até 2001, e nove assassinatos cometidos ao longo de 2003 estiveram diretamente relacionados ao estabelecimento das reservas da Terra do Meio. Atualmente as ameaças à vida humana na região são piores do que nunca e, nas áreas em conflito, são os “agricultores conservacionistas” que estão em risco.

Seu sucesso recente, entretanto, significa que a comunidade conservacionista precisa, mais uma vez, expandir seu conceito de “parceiro”.

Os pequenos proprietários podem ser a forma mais importante de capital social em várias fronteiras em florestas tropicais, fundamentais para estratégias de conservação que lutam para ir além do estabelecimento de parques e reservas biológicas.

Nessas paisagens de fronteira, a “conservação produtiva”, que resulta do poder de movimentos sociais

fortes e da participação das comunidades locais, pode ser mais eficaz do que estratégias convencionais de conservação que enfatizam o papel do Estado e excluem as populações locais.

A nova forma da conservação, que permitiu conquistas como as da Terra do Meio, manifesta-se no planejamento regional participativo ao longo dos principais corredores econômicos. Nessas regiões de transformação rápida da paisagem florestal causada pelo asfaltamento iminente de rodovias, os grupos internacionais de conservação são apenas um entre vários *stakeholders* de um processo em que as elites locais, políticas e econômicas são muito poderosas.

Com uma numerosa presença física na fronteira e o poder político acumulado em anos de organização, os pequenos agricultores tornaram-se capazes de fazer pender a balança dessas negociações em favor da conservação e do bem comum. ■

Este ensaio é uma versão do artigo Smallholders, The Amazon's New Conservationists, que os autores publicaram na revista Conservation Biology, volume 20, número 5.



●●● POR FABIO COLOMBINI
Olho de sapo-de-chifre. *Ceratophrys cornuta*.
Rondônia

A HORA E A VEZ DOS INSTITUCIONAIS

APÓS UM ANO, O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL ESTÁ MAIS DESCONCENTRADO E COMPETITIVO. FALTA ATRAIR INVESTIDORES

✦✦✦ POR DENISE JULIANI

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) completou um ano em dezembro e continua seguindo o *script*. Referência para o mercado quanto à incorporação de critérios de sustentabilidade pelas companhias listadas em bolsa, como se esperava o índice amadureceu. Em sua segunda carteira, incorporou dez empresas — quatro saíram —, tomou-se um pouco menos concentrado em alguns setores — o bancário em especial — e é usado por fundos que, por enquanto, atraem na sua maioria investidores individuais preocupados com mais do que a performance financeira das empresas.

Para continuar girando a roda e levar o ainda incipiente mercado de investimento socialmente responsável (ISR) para o *mainstream*, falta mobilizar os investidores institucionais. Administradores de centenas de bilhões de reais em ativos, eles lideraram o impulso pela governança corporativa que hoje é premissa no mercado brasileiro. Questões de sustentabilidade já estão no radar, tanto que os fundos de pensão — os principais investidores institucionais no Brasil — foram patronos da versão brasileira do Carbon Disclosure Project (CDP), que procura levantar as ações das empresas em relação às mudanças climáticas globais.

Se o ISE será a bússola usada pelos fundos institucionais para canalizar recursos para empresas compromi-

sadas com os princípios da sustentabilidade, isso ainda é uma incógnita. Há quem acredite que esses investidores preferem, como acontece no exterior, comprar diretamente as ações de tais empresas. Nesse caso, fundos que replicam o ISE serviriam mesmo aos investidores individuais — que hoje destinam cerca de R\$ 600 milhões a produtos de ISR no Brasil.

Independentemente do que vier a acontecer, o ISE vai se transformando na medida em que a sustentabilidade é incorporada pelas empresas. A Petrobras, estatal do setor de petróleo, por exemplo, entrou para a carteira e, sozinha, representa 25% do índice. As outras empresas incluídas na nova versão do ISE são Acesita, Coelce, Energias do Brasil, Gerdau, Localiza, Metalúrgica Gerdau, Suzano Petroquímica, TAM e Ultrapar. Com isso, o peso do setor bancário caiu de 60% para 43% e, no total, o número de setores da economia representados saiu de 12 para 14.

A carteira do ISE, que valerá de 1º de dezembro de 2006 até 30 de novembro de 2007, contém 43 ações de 34 companhias, contra 34 ações de 28 empresas da versão anterior. Em valor de mercado, essas ações somam R\$ 700 bilhões, ou 48,5% da capitalização da Bovespa, de R\$ 1,4 trilhão.

“Com a nova carteira, diminuem os espaços para as desculpas dos investidores institucionais para não usar produtos baseados no ISE, ou o ISE como *benchmark*”, afirma Mario Monzoni, coordenador do Centro de Estudos em Sustentabilidade (CVces) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, responsável pela elaboração da metodologia do ISE desde a sua criação. Segundo ele, o aumento do número de setores representados torna o índice menos volátil e os produtos nele referenciados, mais competitivos e atrativos para os investidores institucionais.

Donos de volumes financeiros superiores a R\$ 350 bilhões, os fundos de pensão são os principais investidores de longo prazo do País. Cerca de 30% desses recursos estão aplicados no mercado de ações, mas não se sabe quanto está direcionado para ações de empresas que perseguem os princípios da sustentabilidade. Há cerca de três anos, a Abrapp, associação que reúne esses investidores, lançou um guia com princípios básicos para estimular seus associados a adotar critérios de sustentabilidade na escolha de suas aplicações em bolsa. “O objetivo era fornecer parâmetros para as fundações”, diz Antonio Jorge da Cruz, diretor da Abrapp.

Segundo ele, vários fundos de pensão adotam quesitos de responsabilidade social e ambiental na seleção dos papéis a partir de critérios próprios. O ISE é, no entanto,

COM QUE CARTEIRA EU VOU?

A nova carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial inclui dez novas empresas e exclui quatro que participaram da versão anterior: Cesp, Copesul, Eletrobrás e Weg. No total, o número de companhias subiu de 28 para 34.



GOVERNANÇA CORPORATIVA JÁ É REQUISITO PARA O INVESTIDOR.

uma referência. “O sistema de apuração do ISE é bastante completo e sofisticado, o que pode fornecer aos gestores dos fundos de pensão um excelente parâmetro para a calibragem de suas carteiras como um complemento ao sistema interno de seleção”, avalia.

A participação dos fundos de pensão no mercado de ISR faz todo o sentido. “Os fundos de pensão, enquanto investidores de longo prazo, querem saber se as empresas nas quais aplicam ainda existirão em 50 anos”, diz Cruz. Tanto que a Abrapp teve participação ativa na iniciativa internacional Carbon Disclosure Project, que em sua quarta edição incluiu uma versão brasileira. O projeto realiza uma pesquisa com as maiores empresas em todo o mundo para saber quais as ações realizadas por elas em relação às mudanças climáticas. No Brasil, a pesquisa foi enviada às 50 empresas de maior liquidez da Bovespa.

“Existe uma tendência entre os investidores institucionais de ampliar seus investimentos em empresas mais sustentáveis”, diz Giovanni Barontini, sócio da consultoria Fábrica Ética, facilitadora da operação brasileira do CDP.

Se o impulso existe e vier a se desenvolver, esses players podem fazer toda a diferença, graças ao seu tamanho. “Governança corporativa e eficiência econômica já são dois requisitos fundamentais na escolha do investidor, e a tendência é o mercado começar a cobrar das empresas um bom desempenho também nos quesitos de justiça social e equilíbrio ambiental”, afirma Rubens Monteiro, gerente dos fundos de renda variável da BB DTVM, gestora de recursos do Banco do Brasil.

Embora reconheça que a sustentabilidade é um conceito novo para a maioria das empresas

brasileiras com ações negociadas em bolsa, ele acredita que há uma mudança cultural em curso, como ocorreu com a governança corporativa há alguns anos. “A procura por ações vem crescendo, deve se ampliar com a continuidade da queda dos juros, e esta é mais uma alternativa ao investidor”, diz Monteiro.

O ISE teve papel fundamental para o lançamento do fundo do Banco do Brasil, em 2005, pois eliminou a necessidade de uma metodologia própria para a seleção das ações. Hoje, o fundo conta com cerca de R\$ 15 milhões de investidores pessoa física.

“Com a entrada de empresas na carteira revista, o índice caminha para o amadurecimento e tende a uma maior diversificação”, diz Herculano Anibal, diretor de renda variável da Bradesco Asset Management. Com isso, deve aumentar o interesse dos investidores institucionais. De outro lado, as empresas percebem que fazer parte desse tipo de índice confere um ganho de imagem grande, completa. O fundo do Bradesco tem cerca de R\$ 25 milhões e, por enquanto, é vendido apenas aos investidores da área Prime, pessoa física.

A TENDÊNCIA AGORA É COBRAR O DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

RENTABILIDADE SEMPRE

A SUSTENTABILIDADE AINDA É VISTA COMO DIFERENCIAL

Apesar do desenvolvimento do ISE, ainda não há no Brasil tanta demanda por ações de empresas sintonizadas com a sustentabilidade como no exterior. Essa é uma alternativa para os investidores mais sofisticados, afirma o administrador de investimentos Fábio Colombo.

A maior preocupação ainda é a rentabilidade. “As variáveis sociais e ambientais começam a chamar a atenção, mas por enquanto não se analisa em profundidade a atuação das empresas”, diz Colombo. Ele cita o exemplo das ações da fabricante de cigarros Souza Cruz, consideradas um ótimo investimento. “Aparentemente o investidor ignora o fato de que as empresas desse setor podem ter problemas no futuro, porque o ganho que ele tem com a ação é bom”, explica. A ação da Souza Cruz acumulou valorização de 37,15% do começo do ano até o fim de novembro.

“Enquanto a sociedade demandar esse tipo de produto, as empresas continuarão existindo e, se tiverem bons resultados, as ações vão atrair investidores”, diz Colombo. Ele lembra, entretanto, que o setor tabagista nos Estados Unidos começa a buscar outras fontes de receita em vista de um cenário desfavorável a seus produtos.

Hoje, se há projeções de rentabilidade a longo prazo, melhor para o investidor, especialmente as pessoas físicas, que buscam o lucro imediato. Mas a habilidade de a empresa existir e oferecer retorno no futuro ainda é um diferencial no mercado brasileiro, que movimenta cerca de R\$ 50 bilhões por mês na Bovespa. Os fundos de investimento em ações têm patrimônio ao redor de R\$ 75 bilhões.

Para Alexandre Carpenter, diretor de renda variável do HSBC, o mercado está começando a premiar as companhias que adotam boas práticas. Desde o início do ano até 30 de novembro, o ISE subiu 28,6% e o Índice Bovespa, 25,3%.

Uma simulação realizada pelo HSBC considerando a rentabilidade passada das ações que fizeram parte da primeira versão do índice conclui que, se já existisse em 2004, a carteira do ISE teria valorização de 35,40%. No mesmo período, o Índice Bovespa subiu 15,64% e o IbrX, que reúne as 100 maiores empresas excluindo o setor financeiro, 29,71%. Somando 2004 e 2005 até novembro, o ganho do ISE seria de 76,78% ante 38,04% do Ibovespa e 68,04% do IbrX.

O importante é que “o mecanismo está funcionando”, observa Mario Monzoni, do GVces. Com um ano de vida, a carteira mais abrangente e a possibilidade de gerar produtos mais competitivos na indústria de fundos, o ISE tem um papel na outra ponta, incentivando as empresas a trabalhar para entrar no índice. “Isso começa a girar as máquinas, e não tem volta.” ■



Telhado de VIDRO

✦ POR REGINA SCHARF

Durante anos, a arquitetura sustentável foi sinônimo de simplicidade. Estética, luxo e design sofisticado eram preocupações secundárias diante de necessidades mais urgentes, como a busca de materiais renováveis ou a racionalização do consumo de insumos. Essa fase valorizou o barro, o bambu, o pínus e o eucalipto, bem como os painéis solares e as cisternas para coletar a água da chuva. O desejo de auto-suficiência exigia a redução dos desperdícios e da escala, rejeitando o consumismo e a ostentação.

Agora, uma nova leva de profissionais começa a rejeitar essa visão minimalista. Escritórios badalados de arquitetura dos Estados Unidos estão faturando alto ao desenhar mansões de grife para milionários que querem investir em sustentabilidade sem abrir mão da ostentação.

Tome-se, pois, o exemplo de um projeto de US\$ 2 milhões que David Hertz está desenvolvendo em Malibu, balneário dos endinheirados californianos. O arquiteto americano decidiu reaproveitar a carcaça de um Boeing 747, adquirida por relativamente módicos US\$ 40 mil, e utilizá-la em um design que fosse curvilíneo e feminino, conforme encomenda de sua cliente. Para Hertz, o avião tem de ser tratado da mesma forma como os índios americanos tratam os búfalos — todas as suas partes precisam ser utilizadas, sem desperdícios.

Assim, a cabine dos pilotos será convertida em templo para meditação, as asas formarão o telhado do edifício principal e o restante da estrutura será distribuído em oito imóveis, incluindo um ateliê de artes, uma área para a prática da ioga e um viveiro para

animais. Visto de cima o projeto se parecerá com um local marcado por um desastre aéreo.

Para adquirir a aeronave, que jazia em um cemitério de aviões há 30 anos, o arquiteto submeteu-se a uma maratona burocrática. A obra precisou ser registrada na FAA, o órgão que regulamenta a aviação civil dos Estados Unidos, e uma grande cruz vermelha terá de ser pintada em seu telhado, para que outros aviões que sobrevoarem a construção não a confundam com um aeroplano caído.

Esse não é um caso isolado. O pioneiro arquiteto Sim van der Ryn — que já nos anos 70 se empenhou em construir edifícios públicos eficientes em termos energéticos na Califórnia — desenhou aquela que talvez seja a maior casa já concebida segundo critérios da arquitetura sustentável. Trata-se de um palácio de 1.400 metros quadrados, próximo à cidade de San Francisco, encomendado por Michael Klein, diretor da Rainforest Action Network e executivo de uma indústria de guitarras.

O telhado é coberto por painéis solares e sustentado por colunas feitas com uma mistura de terra e cinzas compactadas, cuja solidez foi exaustivamente testada em laboratório. A obra também reciclou madeira retirada

de um presídio. Tantas inovações exigiram mais de seis anos de trabalho para a conclusão da obra.

Além de mansões, são cada vez mais comuns os projetos de arranha-céus que buscam a sustentabilidade. É o caso do The Solaire, uma torre de 27 andares à beira do Rio Hudson, próxima ao antigo World Trade Center, em Nova York, que dispõe de um sistema próprio de tratamento e recirculação de água, painéis fotovoltaicos e uma série de dispositivos que reduzem em 30% o consumo energético.

Não dá para negar os méritos de projetos que fogem do convencional e buscam alternativas de baixo impacto. Mas será mesmo que podem ser considerados sustentáveis? O 747 comprado por Hertz terá as partes transportadas de helicóptero para o alto da colina à beira do Pacífico, onde a casa será montada. A mansão projetada por Van der Ryn usou pedras provenientes de construções chinesas nas escadarias que conduzem ao portal de entrada. Com a energia gasta na execução de cada um desses projetos daria para construir, com folga, algumas dezenas de casas convencionais. É, ostentar sustentabilidade até que é fácil — se você tiver pelo menos US\$ 1 milhão para gastar.



QUAIS SÃO OS CUSTOS?

Um projeto de US\$ 2 milhões vai reutilizar a carcaça de um Boeing 747 na construção de uma casa em Malibu. As peças serão transportadas de helicóptero. A energia gasta na execução do projeto seria suficiente para construir dezenas de casa convencionais

ARQUITETOS E MILIONÁRIOS AMERICANOS
INVESTEM EM SUSTENTABILIDADE
SEM ABRIR MÃO DA OSTENTAÇÃO

❖ **TO-255 ESTRADA DAS VIDAS**, apresentado no 5º Ecocine e dirigido por Chico Garcia e Leonardo Bello, é um filme sobre o tempo e a civilização. Ao longo da rodovia que cruza Tocantins, sertanejos temem que a chegada do “progresso” substitua o ritmo cíclico da natureza e das tradições pela velocidade dos centros urbanos. Estes, que sempre foram o sonho maior das populações isoladas, não as atraem mais. Elas preferem lidar com a realidade da própria terra e desmentir Euclides da Cunha, que escreveu em *Os Sertões*: “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos”. ❖



“
Aqui a gente tem tempo pra dormir
de dia, tempo pra ir na roça pegar
mandioca, tempo pra tomar
banho, tempo pra dar atenção pro
amigo que chega, né?
Tem tempo pra tudo.
”

“
Oceis que são corrido no mundo.
Esse minuto é pra aqui, esse
minuto é pra ali. O pessoal de
Mateiros é assim: se der pra ir hoje
eu vou... se não der, vou amanhã.
”



“
Não saio daqui pra lugar nenhum.
Só saio daqui quando juntá os pé.
”